

Universidade de Brasília
Biblioteca Central
Coleções Especiais/Obras Raras

CENSURA NUNCA MAIS
Catálogo da exposição

Organização, curadoria e autoria
Raphael Diego Greenhalgh
Néria Lourenço

Biblioteca Central
Brasília-DF
2026

VETADO

VETADO



UnB | BCE

© 2026 Universidade de Brasília. Biblioteca Central.



A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é da área técnica.

Elaboração e informações

Universidade de Brasília. Biblioteca Central.

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, CEP: 70910-900 Brasília - DF, Brasil

Contato: (61) 3107-2665 | www.bce.unb.br | informacoes.bce@unb.br

Universidade de Brasília

Reitora: Prof^a Rozana Reigota Naves

Vice-Reitor: Prof. Márcio Muniz de Farias

Biblioteca Central (BCE/UnB)

Diretora: Maria do Socorro Neri de Sousa

Diretora Adjuanta: Lussara Ribeiro Vieira

Coordenadora de Formação e Desenvolvimento de Acervo (FDA): Neilia Barros Ferreira de Almeida

Chefe do Setor de Coleções Especiais (COLESP): Jefferson Higino Dantas

Editoração

Raphael Diego Greenhalgh (COLESP/BCE/UnB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

C396 Censura nunca mais [recurso eletrônico] : catálogo da exposição / organização, curadoria e autoria Raphael Diego Greenhalgh, Néria Lourenço. - Brasília : Universidade de Brasília, Biblioteca Central, 2026.

99 p. : il.

Inclui bibliografia.

Formato PDF.

ISBN. 978-65-86424-08-9.

1. Censura. 2. Livros raros. 3. Periódicos. 4. Livros - Brasil - História. I. Greenhalgh, Raphael Diego (org.). II. Lourenço, Néria (org.).

CDU 0987.1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
BRASIL COLÔNIA.....	08
Aulegrafia (1619) - Arte de furtar (1744) - Histoire philosophique et politique... (1775) - Correio braziliense (1808)	
GOVERNO VARGAS E 4ª REPÚBLICA.....	19
Cacau (1933) - Suor (1934) - Jubiabá (1935) - Capitães da areia (1937) - Vida de Luiz Carlos Prestes (1942) - Menino de engenho (1932) - Doidinho (1933) - Banguê (1934) - Minha luta (1941) - Minha luta (1962) - Zé Brasil (1947)	
LIVROS NA DITADURA MILITAR.....	31
Adaptação sexual perfeita (196-?) - A mulher na construção do mundo futuro (196-?) - A automação e o futuro do homem (1969) - O mundo do socialismo (1962) - Torturas e torturados (1966) - O poder jovem (1968) - Diário de uma campanha na Bolívia (1969?) - A universidade necessária (1969) - Novelas da erosfera (1975) - O abajur lilás (1975) - Zero (1976) - Em câmara lenta (1977) - Memórias (1978) - Rasga Coração (1980)	
PERIÓDICOS NA DITADURA MILITAR.....	61
Pif-Paf (1964) - Realidade (1967) - Veja (1968 e 1974) - Pasquim (1969 e 1960) - Ordem do universo (1975) - Opinião (1976) - Revista do homem (1976)	
OUTRAS CENSURAS NO BRASIL.....	82
Ação cultural para a liberdade e outros escritos (1976) - Pedagogia do oprimido (1999) - Dogmatismo e tolerância (1982) - Conversas com quem gosta de ensinar (1983) - Noel Rosa (1990) - Estrela solitária (1995) - Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios (2005) - Na toca dos leões (2005) - Avesso da pele (2020)	

APRESENTAÇÃO

A exposição *Censura Nunca Mais* aconteceu durante a Semana Universitária, como uma das ações de extensão, realizada na Universidade de Brasília (UnB) entre os dias 03 e 07 de novembro de 2025. Os curadores optaram por prorrogar o prazo da exposição, ficando ela ainda disponível para visitaçãõ na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE), até 27 de fevereiro de 2026.

A exposição buscou trazer luz sobre as ações de cerceamento ao conhecimento e à cultura, apresentando itens que foram objetos de disputas legais ou de apreensões, sendo retirados de circulação, ou mesmo queimados em praça pública. A censura permeia toda a trajetória histórica do país e não só, mas principalmente, em períodos de governos autoritários e ditatoriais. Com isso, objetivou-se refletir sobre os eventos dessa natureza, buscando que eles nunca mais se repitam. Para embasar as informações aqui disponíveis, foram realizadas pesquisas em diversos trabalhos científicos, matérias de revistas e jornais, e sites institucionais.

Ao todo, os visitantes puderam ver 53 obras expostas, organizadas por períodos de censura: Brasil Colônia (1500-1822), Governo Vargas e 4ª República (1930-1964), Ditadura Militar (1964-1985) e Outras censuras (1985 até os dias atuais). A obra mais antiga em exposição datava de 1619, enquanto a mais recente foi publicada no ano de 2020.

Esta ação se junta a outras deste mesmo tema já executadas no âmbito da Seção de Obras Raras, tal qual a exposição *Censura a impressos no Brasil: da colônia aos dias atuais*, realizada entre 29 de setembro e 11 de outubro de 2018, além de palestras feitas pelo bibliotecário Raphael Greenhalgh na própria BCE e em outros locais da cidade, assim como em outras universidades do país.

Vale destacar que a censura é amplamente considerada como fator importante para a atribuição de raridade bibliográfica. Por esse motivo, ações como estas buscam também apresentar o acervo institucional e suas práticas de preservação da memória regional e nacional. Ainda outro objetivo deste catálogo é servir como fonte de informação para aqueles que trabalham para a defesa do patrimônio bibliográfico brasileiro.

A realização da exposição e a elaboração deste catálogo permitiram uma ampla pesquisa sobre materiais censurados no Brasil. De modo que vários títulos, que haviam sido censurados no país, foram encontrados no Acervo Geral da BCE e transferidos para a Seção de Obras Raras. Este foi o caso da maioria dos livros expostos do período da Ditadura Militar. Além deles, outros títulos também foram realocados, como por exemplo, *O despertar da revolução brasileira*, de Márcio Moreira Alves, de 1974, *Autoritarismo e Democratização*, de Fernando Henrique Cardoso, de 1975, *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*, de J. A. Guilhon Albuquerque, de 1977, ou ainda *CBF-Nike*, de Aldo Rebelo e Silvio Torres, de 2001, entre outros.

Pela pesquisa realizada também foi possível identificar características dos exemplares que compunham o acervo de Obras Raras e até então eram desconhecidas, como por exemplo, a identificação da clandestinidade e da edição do exemplar da *Arte de Furtar*, de 1744, ou a verdadeira identidade de Emanuelle Arsan, autora do livro *Novelas da Erosfera*, de 1975.

É importante lembrar que a liberdade de expressão, opinião e informação consta como item essencial tanto na Constituição Federal, quanto na *Declaração de Direitos Humanos*. Por exemplo, o artigo 19 da *Declaração* diz que todo ser humano tem direito à liberdade de

opinião e expressão, e que esse direito inclui a liberdade de ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras, sem interferências.

Neste contexto, as ações que visam tratar de censura de modo crítico também se enquadram como ferramentas pela defesa dos Direitos Humanos. Portanto, a exposição se somou a outras iniciativas realizadas sobre esta questão na UnB, ou mesmo na BCE. Visto que esta Universidade tem um grande histórico na defesa e estudo dos Direitos Humanos, tanto no contexto do ensino e da pesquisa, quanto da extensão.

A própria BCE sempre realizou ações nesta seara, como por exemplo, a criação em 2018 do Espaço de Direitos Humanos, que tem como objetivo ofertar suporte informacional e ambiente fértil para a produção e o compartilhamento de conhecimentos sobre direitos humanos em sentido amplo.

No que tange a censura, quando esta se estrutura, as bibliotecas e seus acervos se tornam imediatamente alvos de perseguição. No passado da nossa nação, são identificados vários episódios de retirada de livros, jornais e revistas destes ambientes, seja de obras com temas ou autores proibidos, ou mesmo aquelas consideradas objetos de subversão pelas autoridades. Por isso, torna-se necessário refletir continuamente sobre esta perseguição às ideias também a partir dos acervos e dos espaços das bibliotecas, de modo que os profissionais e os usuários destas instituições sejam agentes diretos no combate à censura.

Raphael Diego Greenhalgh
Néria Lourenço



SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL

VETADO

DATA: 03/11/2025 A 27/12/2026

TÍTULO: CENSURA NUNCA MAIS

CATEGORIA: Censura no Brasil colônia

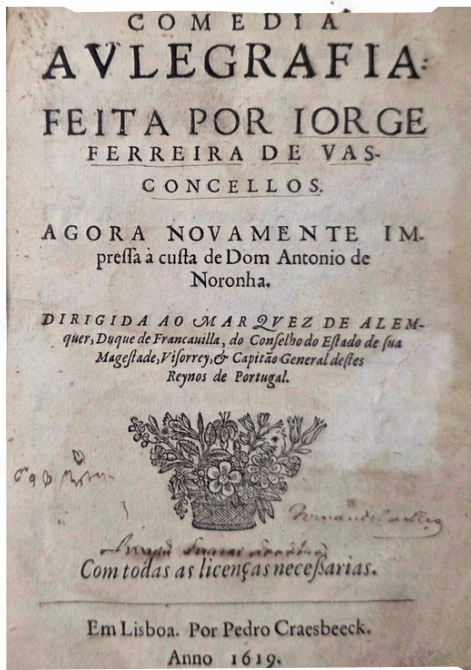
O Brasil como colônia de exploração portuguesa era impedido de imprimir livros e outros textos em seu território. A primeira casa impressora contínua no país foi a Imprensa Régia, trazida por D. João VI apenas em 1808, a qual não publicava nada que atentasse contra a moral, a religião e o estado.

Além desta proibição, o país estava submetido ao mesmo regime de censura de Portugal. Neste sentido, não podiam circular por aqui os livros proibidos pela inquisição portuguesa, ou que figurassem no *Index Librorum Prohibitorum*.

Também os livros impressos na metrópole deveriam passar por avaliação de uma tríplice censura, duas religiosas: da Ordem (Bispo) e do Santo Ofício (Inquisição), e uma governamental: do Desembargo do Paço. Só após a concordância destas três instâncias é que uma obra poderia ser publicada.

VETADO

VETADO



VASCONCELOS, Jorge Ferreira de. *Aulegrafia*. Lisboa: P. Craesbeeck, 1619.

Esta edição póstuma é considerada a primeira de *Aulegrafia*, mesmo constando na folha de rosto a indicação "novamente impressa". Com a comparação entre o manuscrito da obra presente na Real Biblioteca de Palácio, em Madri, com a edição que aqui se apresenta, verifica-se que este título sofreu diversas censuras prévias. Observa-se assim, o expurgo que incide sobre o anticastelhanismo, a linguagem obscena, o erotismo, os desvios da doutrina, entre outros aspectos. Também outras obras do autor foram alteradas pela censura, como as edições seiscentistas de *Eufrosina* (1616) e *Ulysippo* (1618). Além da censura prévia nos seus livros, as suas comédias ainda figuraram nos Índices portugueses de obras defesas dos séculos XVI e XVII, sendo proibidas de circularem.

FONTE:

PEREIRA, Silvina. La aulegrafia, de Jorge Ferreira de Vasconcelos en la casa del sol. Avisos: noticias de la Real Biblioteca, [s. l.], v.17, n.63, 3 p., jan./abr. 2011.

PEREIRA, Silvina. Fortuna e atribuições das comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos. *Sinais de Cena*, [s. l.], n.12, p.16-19, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.51427/cet.sdc.2009.0034>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SILVA, Innocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo 04. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. p. 165.



ARTE DE FURTAR. Amsterdam: Officina de
Martinho Schagen, 1744.

Apesar de autoria atribuída ao Padre Antônio Vieira, a mesma foi questionada em razão do conteúdo controverso da obra, gerando um debate sobre quem teria escrito a *Arte de Furtar*. Discussão esta que persiste até os dias atuais. Acredita-se que a imputação ao famoso presbítero tenha sido uma estratégia comercial executada pelo impressor, para garantir a rápida vendagem dos exemplares e ocultar a clandestinidade da obra.

Vários nomes foram cogitados como os verdadeiros autores deste título, sendo o mais recente e mais aceito o do Padre Manuel da Costa. Além da indicação da falsa autoria, também são enganosas as informações sobre o impressor e o local de impressão, tendo sido a obra de fato produzida em Lisboa, por João Baptista Lerzo.

A publicação é considerada planfetária, tratando sobre os vícios da sociedade, e das consequências que as suas ações acarretam, considerando os diversos estratos sociais, inclusive os membros da família real. O autor esperava que com os

casos descritos no livro, o leitor pudesse refletir sobre o seu próprio comportamento, buscando melhorar enquanto cidadão e também como cristão.

Existiram três edições clandestinas confeccionadas por Lerzo. A primeira delas apresenta na folha de rosto a data de 1652 e a responsabilidade pela impressão atribuída à Oficina Elzeviriana, que sequer existia na data indicada, iniciando suas atividades apenas em 1655. Assim como na primeira edição, as outras duas edições seguintes saem com local de publicação como Amsterdam, mas trazendo outra atribuição de casa impressora, que também era falsa. Nestas duas edições consta a informação que elas foram impressas na Oficina de Martinho Schagen, acompanhada da datação correta das três edições, o ano de 1744.

O exemplar da BCE pertence à terceira edição, pois possui 409 páginas numeradas, ao contrário das duas primeiras edições que apresentam 508 páginas. Sabe-se que em 1755 a obra foi proibida de circular na Espanha pela Inquisição, passando em seguida a figurar nos Índices Expurgatórios daquele país.

FONTE:

GONÇALVES, Joana Filipa Coutinho. *Arte de Furtar: a intemporalidade do Barroco através do Design*. 2018. 24 p. Relatório de projeto (Mestrado em Design Gráfico e Projetos Editoriais) - Universidade do Porto, Porto, 2018.

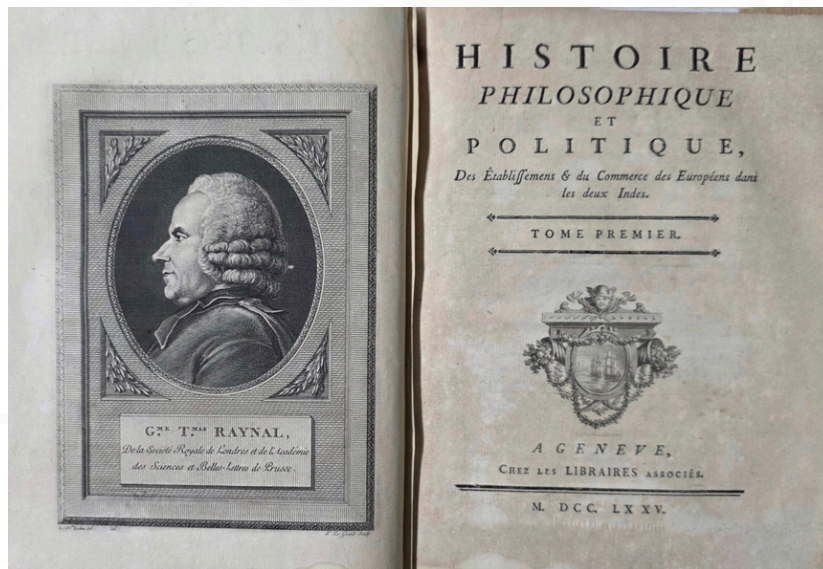
MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*. 1995. 479p. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas), Universidade Nova de Lisboa, [Lisboa], 1995.

VETADO

SILVA, Innocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo 01. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p. 306.

VETADO

VETADO



RAYNAL, Guillaume. *Histoire philosophique et politique...* Genova: Libraires Associés, 1775.

O título denuncia a escravidão e questiona o processo de colonização pelos europeus, como uma obra militante e reformadora, que prenuncia a Revolução Francesa. Após a primeira edição em 1770, Raynal faz revisões e inclusões textuais nas edições de 1774 e 1780, as quais também passam a contar com a participação direta do autor iluminista Diderot.

A primeira edição já nasce clandestina, sem apresentar os nomes de autor e editor. Assim como, a edição de 1774, que sai sob um endereço falso, trazendo novas críticas às instituições políticas e religiosas, se tornando um sucesso de vendas. Com acréscimo de novas partes, a edição de 1780 foi a que provocou maior escândalo, levando o Parlamento de Paris a determinar em 29 de maio de 1781, a laceração e queima da obra ao pé da escadaria do palácio, além de decretar a prisão do abade Raynal, que recorre ao exílio. Antes, em 1779, a Inquisição já havia proibido a circulação do título na Espanha e na América hispânica. O pensamento ilustrado também influenciou diversos movimentos emancipaci-

onistas no Brasil, tais quais a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolta Pernambucana (1817). Há notícias, por exemplo, que o inconfidente Domingos Vidal de Barros, teve em suas mãos um exemplar da *Histoire*.

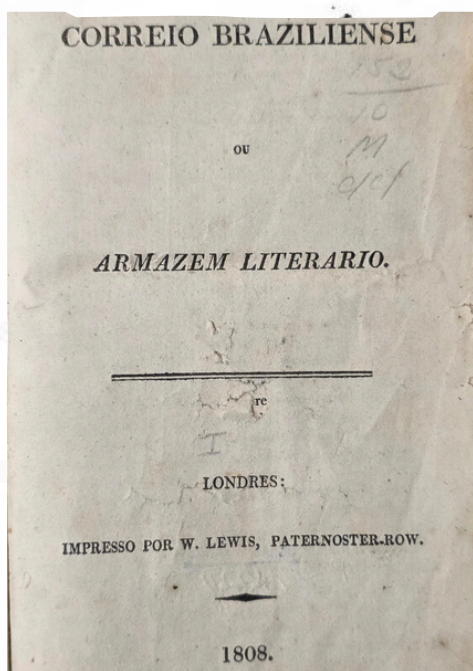
Após o exílio, Raynal busca se afastar da sua obra, começando a se lamentar por algumas de suas posições e criticando a orientação da edição de 1780, que ele atribuiu a Diderot. Em 1790, ele publica uma mensagem à Assembleia Nacional, onde renega uma parte da sua obra.

FONTE:

BROT, Muriel. Écrire et éditer une histoire philosophique et politique : l'Histoire des deux Indes de l'abbé Raynal (1770-1780). *Outre-Mers. Revue d'histoire*, [s. l.] v.102, n. 386-387, p. 9-28, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/outre.2015.5142>. Acesso em: 14 abr. 2026.

RODRIGUES, André Figueiredo. Sequestros de bens dos participantes da Inconfidência Mineira como fonte de pesquisa para a história do livro e das bibliotecas (1789). *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 36, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000035>. Acesso em: 14 abr. 2026.

VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 3, p. 40-51, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000300003>



CORREIO BRAZILIENSE,
LONDRES, V. 1, 1808.

Hipólito José da Costa criou em junho de 1808 uma publicação mensal chamada *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário*, considerado o primeiro jornal brasileiro, apesar de impresso em Londres. A escolha do local de publicação se deu em razão da política editorial adotada por Hipólito, que apresentava em seu jornal um conteúdo não apenas informativo, mas também doutrinário, fazendo oposição sistemática ao regime absolutista, até a independência política do Brasil em 1822.

A única casa impressora no país naquele momento era a Imprensa Régia, que não permitia que fossem publicadas obras que atentassem contra os bons costumes, a religião e o governo.

Por ser a Imprensa Régia uma instituição governamental, vemos a influência direta do controle político naquele que foi o primeiro jornal impresso em território nacional, a *Gazeta de Notícias*, que saiu cerca de três meses após o *Correio Braziliense* começar a circular. Sabe-se que na *Gazeta* o próprio Dom João VI lia os originais, que também

eram relidos por uma junta administrativa antes que o mesmo fosse enviado ao prelo.

Hipólito também optou por se instalar na Inglaterra, ao invés de Portugal, por ser Londres naquele momento o vértice comercial do mundo, onde as informações chegavam primeiro, além de ser mais seguro o envio do jornal ao Brasil por navios ingleses, que não eram vistoriados por autoridades portuguesas. Ele acreditava que a imprensa tinha um papel educativo, pois via na educação política de uma burguesia brasileira a possibilidade de interferência na realidade colonial.

O *Correio Braziliense* incomodou o governo e a aristocracia de tal forma, que foi proibida a sua circulação no país por meio do édito público assinado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1811. Contudo, a polícia real não conseguiu impedir que ele alcançasse brasileiros e portugueses descontentes com a administração real, passando a ser disputados os poucos exemplares que chegavam por contrabando.

FONTE:

HOHLFELDT, Antonio; OLIVEIRA, Samir Rosa de. Matrizes da Imprensa brasileira: "Correio Braziliense" x "Gazeta do Rio de Janeiro". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. Anais... Santos, Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

PERIOTTO, Marcília Rosa. O *Correio Braziliense* (1808-1822), o ensino mútuo e o desenvolvimento material do Brasil. Revista *HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 45, p. 49-61, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i45.8640135>. Acesso em: 14 abr. 2026.

VETADO

PERIOTTO, Marcília Rosa. A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. *Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. Campo Grande, MS, n. 36, p. 237-252, jul./dez. 2013.

VETADO

VETADO



SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL

VETADO

DATA: 03/11/2025 A 27/12/2026

TÍTULO: **CENSURA NUNCA MAIS**

CATEGORIA: Censura no Governo Vargas
e na Quarta República

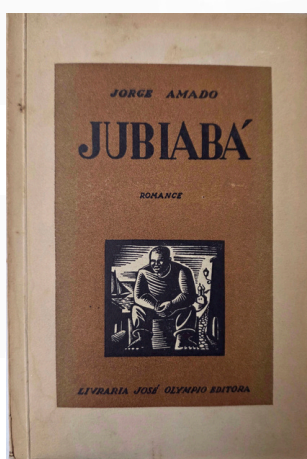
A censura no Governo Vargas se instaura principalmente a partir do Estado Novo em 1937, estruturando-se com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939.

O DIP tinha cinco divisões, a Divisão de Radiodifusão, uma das mais destacadas, a Divisão de Imprensa, com o controle sobre o conteúdo veiculado pelos jornais, revistas e livros, a Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Divulgação e a Divisão de Turismo, que buscava exaltar as atrações naturais do país.

Neste período, eram perseguidos os escritos que difundissem as ideias comunistas, que atentassem contra a moral e os bons costumes, que mostrassem a realidade social e econômica nacional, e que se colocassem contra o projeto nacionalista e propagandista do governo.

VETADO

VETADO



AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Ariel, 1933.

AMADO, Jorge. *Suor*. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

Jorge Amado foi eleito, em 6 de abril de 1961, para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira de número 23, que tem por patrono José de Alencar e por primeiro ocupante Machado de Assis. Ao longo de sua vida o autor foi militante de esquerda e integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), trazendo em suas obras, entre outras coisas, as desigualdades sociais no país, o que ia de encontro aos objetivos propagandistas e nacionalistas do Governo Vargas.

Também a carga erótica presente em seus livros incomodou a censura, que os considerou não apenas propaganda do credo vermelho, mas também ofensivos à moral e aos bons costumes.

Em novembro de 1937 os livros de Jorge Amado e de outros autores brasileiros foram recolhidos em livrarias na cidade de Salvador e queimados em praça pública, em

frente a Escola de Aprendizes de Marinheiros, próxima à parte baixa do Elevador Lacerda. Na matéria do jornal Estado da Bahia, de 17 de dezembro daquele ano, consta relação da apreensão e incineração de 1.827 exemplares de livros, dos quais 808 eram de Capitães da Areia, 89 de Cacau, 93 de Suor, 263 de Jubiabá, 223 de Mar Morto e 214 exemplares de O País do Carnaval. Além dos quatro títulos que figuraram na exposição, na Seção de Obras Raras da BCE, ainda há um exemplar da edição de 1936 de Mar Morto.

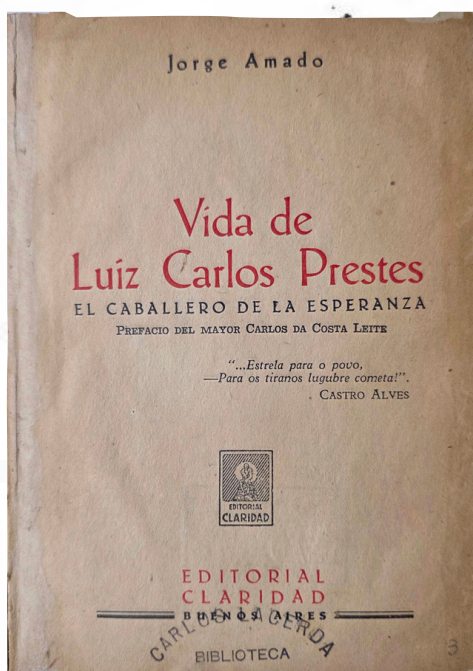
FONTE:

CASTRO, Ana Carolina Silva de. *Apreensão de livros tidos como subversivos: o que os processos judiciais da Ditadura Militar revelam*. 2017. 150 p. Tese (Doutorado em Ciências da Computação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

JORGE Amado: biografia. [Salvador]: Fundação Casa de Jorge Amado, 2025.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 262-288, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245243.262-288>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ROCHA, Luiza Alves; COSTA, Michelli Pereira da. Acervo da vergonha: censura e resistência. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 19, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911758>. Acesso em: 14 abr. 2026.



AMADO, Jorge. *Vida de Luiz Carlos Prestes* : el caballero de la esperanza. Buenos Aires: Claridad, 1942.

Entre 1941 e 1942, enquanto se encontrava exilado na Argentina, Jorge Amado escreve e publica esta obra, como parte de uma campanha pela soltura de Luiz Carlos Prestes e outros presos políticos. É por esse motivo, que esta primeira edição sai em espanhol e precisa vir de forma clandestina ao Brasil. Posteriormente, ela também foi proibida de circular na Argentina, onde o governo de Perón ordenou ainda a queima de exemplares.

FONTE:

ABREU, Wagner Coriolano de. Questões de escrita biográfica em O Cavaleiro da Esperança, de Jorge Amado. *Revista Izquierdas*, [s. l.], n.14, dez. 2012.

"DE ESQUERDA ATÉ A MORTE": Jorge Amado e o Partido Comunista. Vermelho - a esquerda bem informada, São Paulo, 2019.

GONÇALO, Carolina Hehling. O Estado Novo e a obra de Jorge Amado. In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS, 3., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: [s. n.], 2016. p. 722-731.

VETADO

JORGE AMADO: biografia. [Salvador]:
Fundação Casa de Jorge Amado, 2025.

VETADO

VETADO



RÊGO, José Lins do. Menino de engenho. Rio de Janeiro: Adersen, 1932.

RÊGO, José Lins do. Doidinho. Rio de Janeiro: Ariel, [1933].

RÊGO, José Lins do. Banguê. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

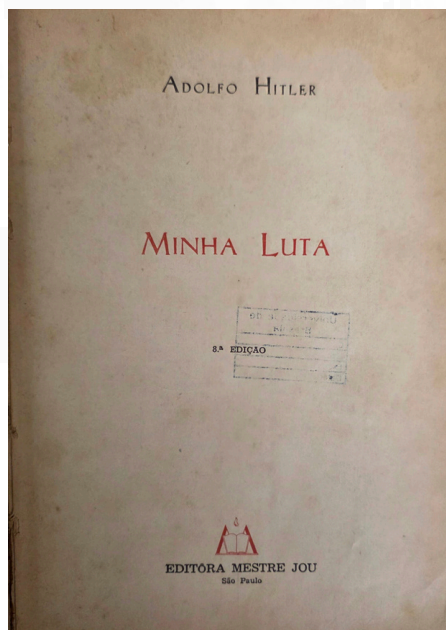
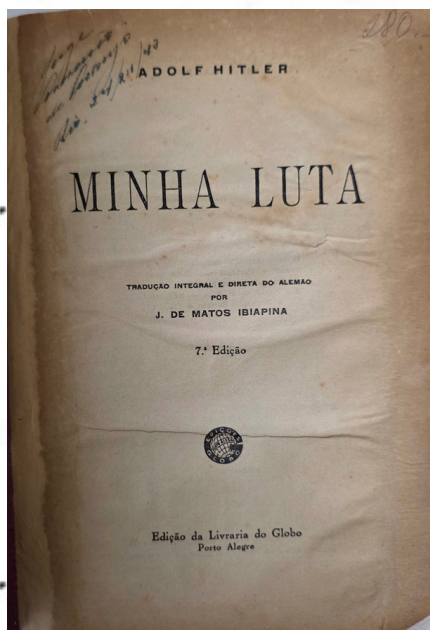
Assim como Jorge Amado, José Lins do Rego teve obras censuradas por mostrar a realidade social e econômica brasileira na década de 1930, e pela carga erótica apresentada em alguns dos seus títulos. Na já referida queima de livros em Salvador, em 1937, também figuraram livros de sua autoria, sendo 15 exemplares da obra *Doidinho*, 13 de *Banguê*, 14 de *Menino de Engenho*, 26 de *Pureza*, e quatro de *Moleque Ricardo*.

FONTE:

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 262-288, set./dez. 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245243.262-288>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ROCHA, Luiza Alves; COSTA, Michelli Pereira da. Acervo da vergonha: censura e resistência. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 19, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911758>. Acesso em: 14 abr. 2026.



HITLER, Adolf. *Minha luta*. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1941.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. 8. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

Antes de tratar dos impedimentos de publicação e circulação do livro *Minha Luta* (*Mein Kampf* - título original em alemão), torna-se importante ressaltar que esta é uma obra autobiográfica de Hitler, publicada inicialmente em dois volumes, nos anos de 1925 e 1926, e que contém teses anticomunistas, racistas, antisemitas e nacionalistas, que serviram aos propósitos nazistas. Sendo assim, os autores deste catálogo e organizadores da exposição não coadunam ou validam de qualquer maneira a ideologia abarcada no livro.

Apesar da discussão ainda atual sobre a necessidade de se impedir o acesso à obra pelo seu conteúdo criminoso, ou por sua liberação, por se tratar de documento histórico, o que se observa é que o *Minha Luta* não tem proibição de circulação tanto na Alemanha, quanto na Áustria, e pode ser encontrado facilmente on-line em vários

idiomas. Por ser considerado um registro importante para entender o nacional-socialismo, algumas das edições mais recentes têm saído com a inclusão de uma série de textos de especialistas, buscando situar o livro dentro da historiografia e apontando suas consequências históricas.

No Brasil, a Editora Globo publicou em 1934 a primeira edição vendida no país, com conteúdo integral em português. A sétima edição que figurou na exposição foi a última lançada por esta editora, pois a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a obra teve a sua circulação proibida, com o DIP recolhendo e incinerando exemplares. Também a impressão de 1962, da Mestre Jou, acabou proibida por portaria expedida no mesmo ano, sendo os seus exemplares apreendidos.

Em 2016, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro proibiu a venda, a exposição e a divulgação da obra naquele estado. O Tribunal ainda determinou busca e apreensão de exemplares nas livrarias do Rio, e nas sedes das editoras Centauro e Geração Editorial.

Recentemente os municípios do Rio de Janeiro e de Porto Alegre também proibiram a comercialização, a publicação, a distribuição, a difusão e a circulação de *Minha Luta*, por meio de leis específicas criadas em 2022 e 2023 respectivamente.

FONTE:

BUSINARI, Maurício. 'Minha luta': Grupo tenta proibir obra nazista em SP; no RJ, já é lei. *UOL*, [s. l.], 03 ago. 2022.

É PRECISO ler 'Minha luta' de Hitler". *Carta Capital*, [São Paulo], 03 abr. 2015.

PAZ, Eliane Hatherly. Minha Luta no Brasil: Editora Globo, 1934-1942. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016. Anais... São Paulo: [s. n.], 2016.

SCHWARZ, Tobias. Sancionada lei que proíbe comercialização e circulação do livro "Mein Kampf", de Hitler, em Porto Alegre. Zero Hora, 14 abr. 2023.

VEIGA, Edison. 100 anos de 'Minha Luta': como livro de Hitler desbanca tese de que nazismo é socialista. BBC News Brasil, [s. l.], 18 jul. 2019.



LOBATO, Monteiro. Zé Brasil. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.

Nesta obra, Monteiro Lobato resgata a figura do caipira, que antes ele representava de modo pejorativo, considerando o comportamento preguiçoso do Jeca Tatu como parte importante para o subdesenvolvimento do país. Contudo, com o personagem Zé Brasil, ele passa a apresentá-lo por uma nova perspectiva, enfatizando que sua condição social tem uma dimensão política relacionada à luta de classes.

Esta guinada acontece a partir da aproximação de Lobato ao PCB e à sua atuação como diretor do Instituto Cultural Brasil-URSS. Inclusive a editora Vitória por onde sai essa primeira edição de Zé Brasil é do próprio PCB.

Surgia assim, uma história de um trabalhador sem terra, cujo maior inimigo era o latifúndio. Há notícias, por exemplo, que em 23 de junho de 1949, a Delegacia Regional de Polícia de Barretos (SP) apreendeu 254 exemplares desta obra, indiciando o proprietário por "comunismo" e mostrando que quem tivesse esse título em mãos seria taxado como subversivo. Ou seja, mesmo no governo de Gaspar Dutra, que marca o retorno ao período democrático, com a intensificação à perseguição aos comunistas, o livro seria

apreendido em sucessivas batidas policiais.

FONTE:

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SACCHETTA, Vladimir. Juventude, política e cultura popular na obra de Monteiro Lobato. *Revista de divulgação científica do Centro de Estudos e Memória da Juventude*, [s. l.], n. 6, p. 53-57, 2021.

SILVA, André Luiz da; SOUZA, José Wellington de. O jeca sem posses: as condições sociais para a transformação do Jeca Tatu em Zé Brasil. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 15, n. 2, p. 46-59, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n2.a862>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SOUZA, Ivo Carneiro de. Monteiro Lobato, o maior escritor de literatura infantil de língua portuguesa. *Lusofonias - Suplemento de Cultura e Reflexão*, [s. l.], n. 23, 16 dez. 2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

VETADO

DATA: 03/11/2025 A 27/12/2026

TÍTULO: **CENSURA NUNCA MAIS**

CATEGORIA: Livros na Ditadura Militar

O aparelho censório na Ditadura Militar teve raízes vindas do Estado Novo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado por Getúlio Vargas, se tornou no regime militar o órgão central da censura, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

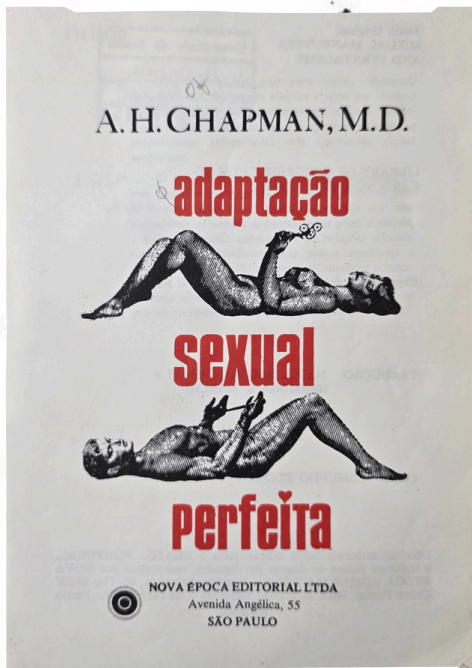
A censura se deu de duas maneiras: burocrática e coercitiva. A primeira baseada em leis e decretos, exercida principalmente pela DCDP e dividida em dois níveis: um preventivo (censura prévia) e outro punitivo (processos judiciais), sendo este segundo nível praticado principalmente pela ala radical do Exército e pela polícia, sobretudo ligada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

A censura prévia a todos os livros era impraticável devido ao grande volume de títulos lançados todos os anos, com 9.950 títulos novos apenas em 1971. Portanto, era comum que os títulos fossem analisados a partir de denúncias específicas.

VETADO

VETADO

VETADO



CHAPMAN, Arthur Harry.
Adaptação sexual perfeita.
São Paulo, SP : Nova Época
Editorial, [196-?].

Trata-se de um estudo de 50 casos psiquiátricos mostrando como as atitudes do ser humano são afetadas por traumas passados. A obra está relacionada como "vetada", em 1975, na lista de processos do Inventário dos Dossiês da Série Publicações, do Fundo DCDP do Arquivo Nacional, onde constam os pareceres censórios sobre livros e revistas.

BRASIL. Arquivo Nacional. Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP): inventário dos dossiês da série Publicações. Brasília: COREG, fevereiro de 2018.

VETADO

VETADO

VETADO



MURARO, Rose Marie. *A mulher na construção do mundo futuro*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [196-?].

MURARO, Rose Marie. *A automação e o futuro do homem*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1969.

O livro *A mulher na construção do mundo futuro* foi a primeira obra publicada de Muraro, que relatou que o escreveu em apenas 20 dias, sem realização de muita pesquisa, em um momento que ainda não tinha contato com o feminismo. O título apresenta uma visão cristã-marxista, com foco no papel da mulher em uma nova sociedade, onde o avanço social e a libertação do ser humano dependia do reconhecimento da necessidade da mulher vencer as amarras do patriarcado.

Em *A automação e o futuro do homem*, apesar do título levar a crer que a autora possa fazer uma análise sobre o uso das tecnologias, na verdade o que ela aborda é a opressão dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos, e a relação desta conformação com a opressão do sexo masculino sobre o sexo feminino.

VETADO

VETADO

Na década de 1970, Muraro se torna, portanto, uma voz ativa do feminismo, não apenas com as suas publicações, mas também a partir da sua atuação profissional, como editora na Vozes, onde introduziu uma linha editorial crítica e progressista.

A censura a estes dois títulos só aconteceu em 1975, quando os mesmos já contavam com várias edições, pois foram inicialmente publicados em 1966 e 1968 respectivamente. A proibição da circulação e publicação destes títulos, e a apreensão de todos os seus exemplares expostos à venda podem ser vistas como uma tentativa de demonstração de poder pelos militares, que em meados da década de 1970 se viam acuados frente aos movimentos sociais que voltavam às ruas pela democracia. No Auto de Incineração de 16 de junho de 1976 consta ainda que 39 exemplares de *A automação e o futuro do homem* e 98 exemplares de *A mulher na construção do mundo futuro* foram queimados pela DCDP na cidade de Guaíba-RS. Um exemplar de *A mulher na construção do mundo futuro* também foi incinerado no mesmo município, em 07 de março de 1977, conforme atesta outro Auto de Incineração.

Em 1985, outro livro da autora também sofreria censura, *Sexualidade, Libertação e Fé: por uma erótica cristã*. O Vaticano proibiu a sua reedição pela editora católica Vozes e ainda demitiu Muraro das suas funções editoriais.

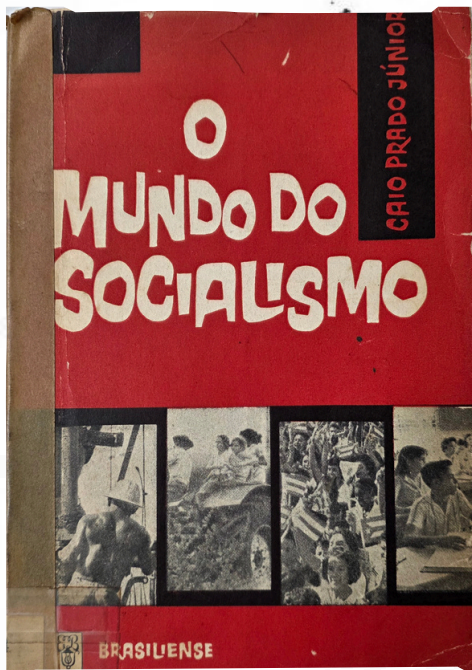
FONTE:

FARIA, Renato Rodrigues; MAGGIONI, Roque Feliz; MOLON, Floriano. Auto de Incineração. Porto Alegre, 16 jun. 1976. Arquivo Nacional (SIAN), Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas, BR_DFANBSB_NS_AGR_CDO_0004.

MAGGIONI, Roque Feliz; MOLON, Floriano; PACHECO, Nilson Ubirajara da Rosa. *Auto de Incineração*. Porto Alegre, 07 mar. 1977. Arquivo Nacional (SIAN), Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas, BR_DFANBSB_NS_AGR_CDO_0004.

PINHEIRO, Anna Marina Barbará. Rose Marie Muraro: pensamento, subjetividade e ação. In: *Simpósio Nacional de História*, 28., 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPUH, 2015.

REIMÃO, Sandra; NERY, João Elias; MAUÉS, Flamarion. Rose Marie Muraro: catolicismo, feminismo, edição e censura. *Revista de Estudos Sociais*, São Paulo, v. 9, p. 78-97, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2446-7693i9p78-97>. Acesso em: 14 abr. 2026.



PRADO JÚNIOR, Caio. *O mundo do socialismo*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1962.

A obra é um relato propagandístico da viagem que o autor fez à então União Soviética, onde ele enfatiza a organização política, econômica, social e as realizações da URSS, ao invés da descrição de suas experiências. Destaca-se que a editora Brasiliense pela qual o livro foi lançado era de propriedade do próprio Prado Jr. Além da censura de suas obras, por sua militância política junto ao PCB e seus posicionamentos públicos, Caio Prado Jr. foi preso em diversas ocasiões, sendo uma delas em 1970, ficando detido por um ano e meio, até sua absolvição pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

FONTE:

FREITAS, Guilherme. Terror cultural. *O Globo*, [s. l.], 22 mar. 2014.

HISTORIADOR foi acusado de incitar luta armada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 fev. 2007.

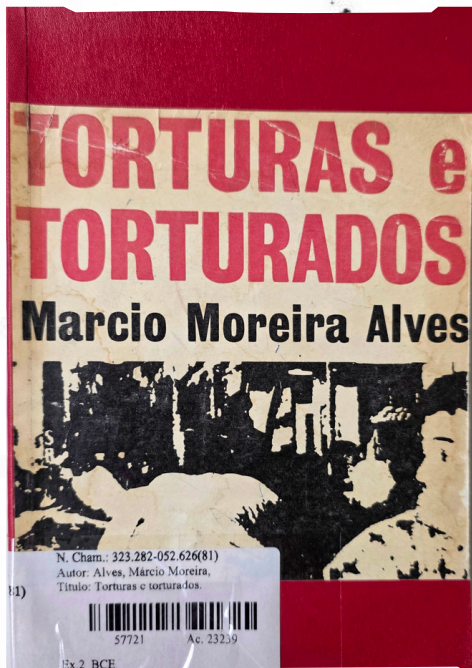
VETADO

TÔRRES, Raquel Mundim. Relatos de viagem de brasileiros à URSS na Guerra Fria: por uma tipologia possível (1950-1963). In: Simpósio Nacional de História, 29., 2017, Brasília. Anais...Brasília: ANPUH, 2017.

VETADO

VETADO

VETADO



ALVES, Márcio Moreira.
Torturas e torturados. Rio
de janeiro: [s. n.], 1966..

O livro é resultado de uma investigação jornalística do autor pelo periódico carioca *Correio da Manhã*, iniciada em 1964, onde ele denuncia os casos de torturas que vinham acontecendo no governo militar. Esta primeira edição de 1966 foi proibida de circular, tendo seus exemplares apreendidos. A obra foi posteriormente liberada pela justiça, em julho de 1967. Há notícias que também neste período, em processo judicial contra o grupo denominado "Guerrilha de Uberlândia" foi arrolado um exemplar deste livro, dentre outros títulos, como um dos elementos de prova de subversão apreendidos com o jornalista Flávio Tavares. Prática recorrente durante o governo militar.

Como adversário de João Goulart, Márcio Moreira Alves inicialmente apoiou o golpe militar. Contudo, com a promulgação do Ato Institucional 1 (AI-1), em abril de 1964, ele passa a se opor ao governo. Em 1968, em repúdio às ações da repressão na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade de Brasília (UnB), ele incitava a população a não participar das comemorações da independência do Brasil no

VETADO

VETADO

7 de setembro. Este discurso de Moreira Alves na Câmara dos Deputados foi usado pelos militares como desculpa para a instauração do AI-5. Em razão deste ato, foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado, com a posterior cassação do mandato de Moreira Alves. Em razão desta perseguição, o autor se exilou inicialmente no Chile, retornando ao Brasil apenas em 1979. Dele, ainda foi censurada a obra *O despertar da revolução brasileira*, de 1974. Apesar de não ter figurado na exposição, a BCE também possui um exemplar desta edição.

FONTE:

CASTRO, Ana Carolina Silva de. *Apreensão de livros tidos como subversivos: o que os processos judiciais da Ditadura Militar revelam*. 2017. 150 p. Tese (Doutorado em Ciências da Computação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *A tortura aos presos políticos durante a ditadura militar brasileira: uma abordagem psicanalítica*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

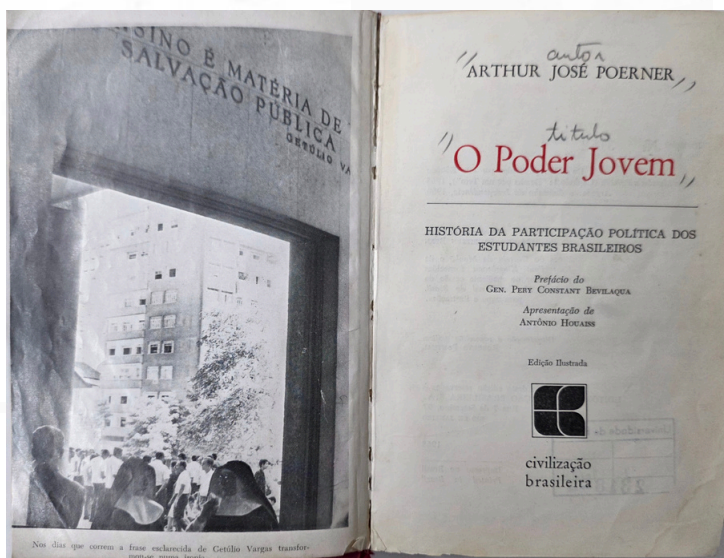
MARCELINO, Douglas Atilla. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. 2006. 300 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES. In: FGV CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PINHEIRO, Amanda Lima Gomes. Apesar de você: a arte como forma de liberdade de expressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 64, pp. 27 - 47, jan./jun. 2014. DOI: 10.12818/P.0304-2340.2014v64p25.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. 2011. Tese (Livre-docência em Comunicação e Cultura) - Universidade de São Paulo, São Paulo; 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.100.2015.tde-21082015-151559>. Acesso em: 14 abr. 2026.

VETADO



POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

A obra buscou fazer um balanço da mobilização estudantil brasileira, da colônia até o período em que foi lançado, enaltecendo a história das ações estudantis. O momento da publicação do livro coincidiu com a explosão do movimento estudantil no Brasil, que adquiriu força como oposição ao recrudescimento do governo militar. *O poder jovem* teve grande repercussão e foi adotado como uma bíblia pelo movimento e, por este motivo, acabou imediatamente censurado. Mais um ataque dos militares ao autor, visto que ele também teve seus direitos políticos cassados em 1965, em razão do AI-2. Contudo, pela importância da obra, os estudantes relançaram clandestinamente o livro em 1977.

FONTE:

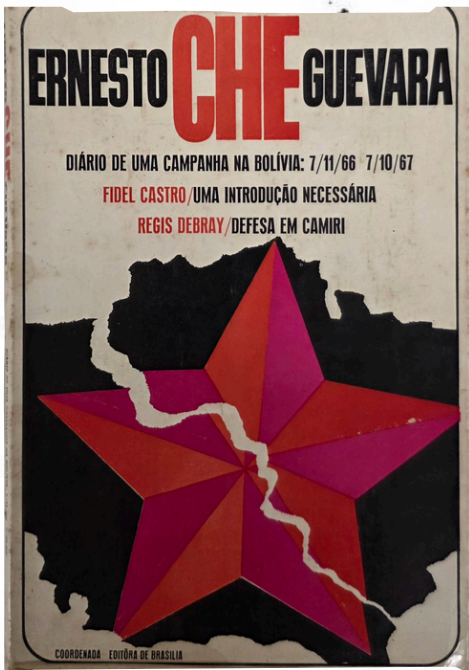
CASTRO, Thiago Bicudo. *Arthur Poerner entre estudantes e intelectuais: representações intelectuais no jornal folha da semana e no livro o poder jovem (1965-1968)*. 2016. 153 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista,

VETADO

VETADO

Marília, 2016. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/11449/136359>. Acesso
em: 14 abr. 2026.

CASTRO, Thiago Bicudo. Ecos da memória e da
resistência estudantis: o poder jovem de
Arthur Poerner cinquenta anos depois.
Movimentação, Dourados, v. 5, n.º 9, p. 55-
77, 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.30612/mvt.v5i09.8755>.
Acesso em: 14 abr. 2026.



GUEVARA, Ernesto;
SANTARRITA, Marcos. *Diário
de uma campanha na Bolívia:*
(7-11-66 - 7-10-67).
Brasília : Coordenada,
1969?].

Esta obra foi publicada por uma editora de Brasília, a Coordenada, de propriedade de Victor Alegria, que também mantinha na capital federal a Livraria Encontro, que ficava na galeria do Hotel Nacional. Pelo lançamento e venda deste livro, tanto a editora, quanto a livraria de Victor seriam invadidas pelos militares em diversas ocasiões.

Em 1969 foram apreendidos 600 exemplares do *Diário* na Livraria Encontro e 1.000 exemplares em um depósito que a Editora Coordenada mantinha na cidade do Rio de Janeiro, local onde o livro foi impresso. Em maio de 1975, uma filial da Encontro em Formosa-GO teve 152 exemplares apreendidos, de 49 títulos diferentes, sendo que 93 deles eram do *Diário*. Ainda naquele ano, vários outros títulos seriam também apreendidos na sede da Encontro em Brasília e na própria casa do editor. Além de sofrer as apreensões de livros, Victor Alegria também relatou que neste período foi preso e torturado devido a sua atividade como livreiro e editor.

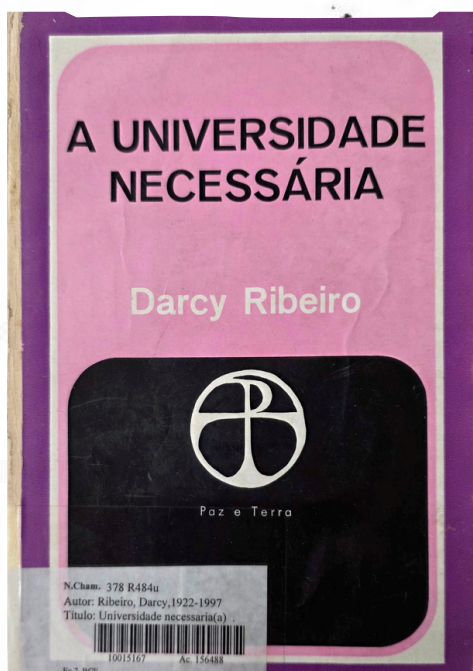
VETADO

FONTE:

GREENHALGH, Raphael Diego. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). *Informação & Sociedade: Estudos*, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52231>. Acesso em: 14 abr. 2026.

VETADO

VETADO



RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

Darcy Ribeiro foi um antropólogo e educador brasileiro com ampla participação na política e na estruturação da educação nacional. Em 1959, por decreto presidencial, torna-se o responsável pelo planejamento e montagem da Universidade de Brasília, e em 1961 é nomeado o seu primeiro reitor.

Darcy atuou como docente em diversas universidades, entre as quais a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getulio Vargas, a Universidade Central da República, na Venezuela, e a Universidade do Chile.

O autor também ocupou vários cargos no governo do Rio de Janeiro e no governo federal, como por exemplo, Ministro da Educação e Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o mandato de João Goulart, além de vice-governador do Rio de Janeiro.

Em 1992, Darcy Ribeiro foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira de nº11. Ele também recebeu muitas honrarias nacionais e

internacionais como o título de doutor honoris causa pela Sorbone, pela Universidade de Copenhague, pela Universidade da República Oriental do Uruguai, pela Universidade Central da Venezuela e pela Universidade de Brasília, entre outras.

Devido a sua atuação política e sua posição de resistência ao golpe militar, Darcy teve que se exilar do Brasil em 1964, quando também perdeu seus direitos políticos em razão do AI-1. Ele retorna ao país em 1968, quando os processos judiciais a que estava respondendo foram anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, neste mesmo ano, com a promulgação do AI-5, ele foi preso e indiciado sob a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional. Mesmo sendo inocentado no ano seguinte, novamente deixa o país, indo morar em Caracas, na Venezuela, retornando em definitivo ao Brasil apenas em 1976.

O livro *A universidade Necessária* foi escrito enquanto Darcy estava exilado, saindo pela primeira vez em edição argentina de 1967. A obra analisa as tentativas de reforma das estruturas universitárias como instrumento de reavaliação do esforço nacional. Ela foi censurada por discutir a necessidade de uma universidade que responda aos problemas e necessidades do povo latino-americano e brasileiro, criticando modelos elitistas e importados. A sua apreensão reflete o temor do regime militar em relação às ideias de transformação social e política, e à organização de um pensamento crítico nas instituições de ensino superior.

FONTE:

DARCY RIBEIRO. In: ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2023c.

VETADO

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. *Estudos Avançados*, [s.l.] v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.

VETADO

VETADO



ARSAN, Emmanuelle. *Novelas da erosfera*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Emmanuelle Arsan foi atribuído como sendo o pseudônimo da escritora e atriz tailandesa Marayat Bibidh. Contudo, Ovidio Gabriele Assonitis afirma que na verdade quem escreveu a obra foi seu marido, Louis-Jacques Rollet-Andriane.

Ovidio foi o produtor do filme *Forever Emmanuelle*, de 1976, também conhecido como *Laure*, que foi baseado no livro *Emmanuelle*, escrito por Arsan. Ele diz que por Louis-Jacques ser diplomata, ele preferiu usar o pseudônimo, e quando começaram as desconfianças, ele atribuiu a autoria a sua esposa. Motivo pelo qual, no filme, Marayat tem sua atuação creditada como Emmanuelle Arsan, enquanto seu marido pediu que seu nome fosse retirado dos créditos, por não concordar com os rumos que a produção tomou, preferindo não constar como o diretor da obra cinematográfica.

O livro *Novelas da erosfera* é uma reunião de contos eróticos que teve sua tradução do francês para o português realizada por uma figura ilustre, visto que Clarice Lispector trabalhava como tradutora para a editora Artenova na época.

O livro foi vetado pela DCDP em duas ocasiões, primeiro em 1975, e novamente em 1979. No primeiro processo os censores indicaram que a obra tinha sentido pornográfico, onde a sodomia, homossexualidade e adultério são constantes, e por isso se tratava de literatura que ameaçava destruir os valores morais da sociedade brasileira. Comunicada da proibição de venda e circulação, a editora alegou possuir ainda 681 exemplares, que já haviam sido bloqueados para venda.

O segundo processo, de 1979, também veta a circulação da obra. No entanto, a editora ao ser questionada afirma que o exemplar que constava na livraria era da primeira edição, e que a Artenova não possuía mais exemplares, dos 5 mil impressos, estando a obra esgotada e sem reedição.

Outros títulos de Emanuelle Arsan também foram vetados pela DCDP, como *Emmanuelle*, *Emmanuelle: a virgem*, e *Emmanuelle: a antvirgem*.

FONTE:

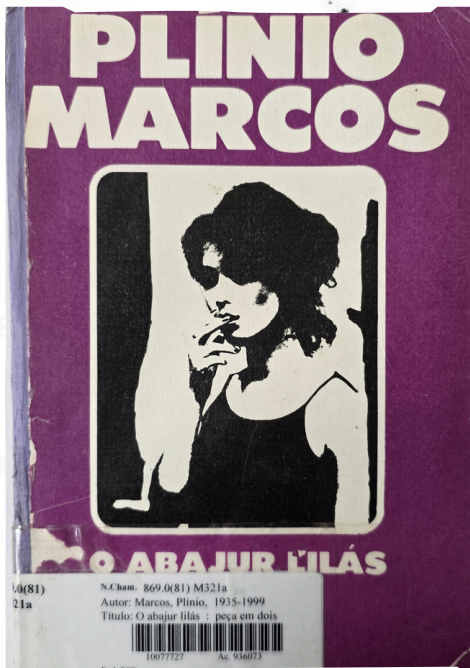
ASSONITIS, Ovidio Gabriele. Entrevista a Ovidio G. Assonitis. Entrevista concedida a Naldo & Pepe Torres & José Luis Salvador Estébenez & Alfonso & Miguel Romero. *La abadia de Berzano*, [s. l.], 28 jul. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP): inventário dos dossiês da série Publicações. Brasília: COREG, fevereiro de 2018.

DEFILIPPO, Juliana Gervason. A hora do lixo: literatura encomendada de Clarice Lispector. *Signótica*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 83-112, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sig.v20i1.5113>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FRANÇA, Franciane Monick Gomes de. A atuação da biblioteca nacional no contexto da censura às obras literárias eróticas: abordagens do período da Ditadura Militar. 2023. 191 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/77699>. Acesso em: 14 abr. 2026.

KLEMM, Alexander J. Thailand in the European Cinematic Imagination: The Phenomenon and Legacy of Emmanuelle (Fr 1974). *Journal of Cultural Studies*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 71-93, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22492/ijcs.4.2.05>. Acesso em: 14 abr. 2026.



MARCOS, Plínio. *O abajur lilás*: peça em dois atos. São Paulo: Global distribuidora de Livros e Revistas, 1975.

A peça traz um enredo sobre prostituição de modo a se relacionar e mesmo denunciar os atos praticados pela Ditadura Militar. Ela conta com apenas cinco personagens, as três prostitutas, Dilma, Leninha e Célia, o cafetão homossexual Giro e seu capanga Oswaldo. A trama se passa num quarto de um prostíbulo, trazendo cenas de violência que vão tomando proporções absurdas ao longo da peça. A mando de Giro, Oswaldo tortura as três mulheres na tentativa de descobrir qual delas teria quebrado o abajur lilás do cafetão.

A prática da tortura na peça, com o uso do pau-de-arara, por exemplo, assim como a dependência total das prostitutas ao cafetão, com ausência de liberdade, dialogam diretamente com o período político que o país vivia naquele momento. Além de dar voz aos marginalizados pela sociedade, perspectiva explorada na maioria das peças do autor.

Escrita em 1969, a peça só foi liberada pela censura em 1980. Neste caso, também o livro que continha o texto da peça foi impedido de venda e circulação. A obra

consta em duas listas de livros incinerados na cidade de Guaíba-RS, a primeira ocorrida em 03 de janeiro de 1979 e a segunda em 06 de julho do mesmo ano, onde foram queimados ao todo 46 exemplares apreendidos de *Abajur Lilás*.

Plínio Marcos foi amplamente censurado durante o governo militar, na impedição à peça *Barrela*, por exemplo, ele teve que esperar mais de 20 anos para que ela fosse novamente encenada. A peça *Navalha na Carne*, também foi proibida, enquanto o filme baseado nela permanecia liberado, caso que serve como uma amostra das incongruências da censura na Ditadura Militar.

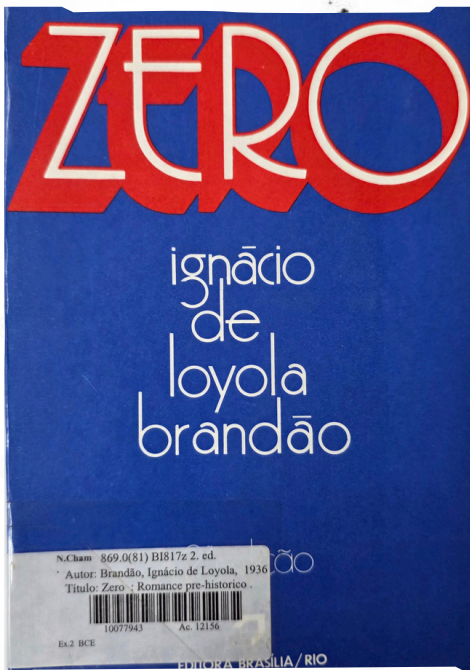
FONTE:

CONTIERO, Lucinéia. *Plínio Marcos: uma biografia*. 2007. 344 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103669>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MAGGIONI, Roque Feliz; MOLON, Floriano; PACHECO, Nilson Ubirajara da Rosa. Auto de Incineração. Porto Alegre, 03 jan. 1979. Arquivo Nacional (SIAN), Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas, BR_DFANBSB_NS_AGR_CDO_0006.

MAGGIONI, Roque Feliz; MOLON, Floriano; PACHECO, Nilson Ubirajara da Rosa. Auto de Incineração. Porto Alegre, 06 jul. 1979. Arquivo Nacional (SIAN), Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas, BR_DFANBSB_NS_AGR_CDO_0006.

SANTOS, Fernando Freitas dos. As consequências da censura na dramaturgia de Plínio Marcos. DAPesquisa, [s. l.] v. 10, n. 13, p. 16-30, junho 2015. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1808312910132015016>. Acesso em: 14 abr. 2026.



BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Zero: Romance pré-histórico. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasília Ed., 1976.

Zero é uma obra com narrativa fragmentada, quase como uma reunião de recortes de matérias de jornais. Inclusive, alguns destes fragmentos surgiram das notícias que Loyola Brandão tinha que engavetar no jornal onde trabalhava, em razão da censura. O título teve uma primeira publicação italiana em 1974, e apenas em 1975 saiu a primeira edição brasileira. Devido ao sucesso de vendas, realizou-se uma segunda edição em 1976. Neste mesmo ano, a partir de uma denúncia ao Ministro da Justiça, o livro foi analisado e censurado, sendo considerado contrário à moral e aos bons costumes. A terceira edição de Zero só aconteceu em 1979, com o encerramento da vigência do AI-5.

FONTE:

REIMÃO, Sandra. Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar. 2011. Tese (Livre-docência em Comunicação e Cultura). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.100.2015.tde-21082015-151559>. Acesso em: 14 abr. 2026.



TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*: romance. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

O livro traz a história da participação do autor na luta armada, na década de 1960. Tapajós esteve preso de agosto de 1969 a setembro de 1974, escrevendo este título enquanto ainda estava em cárcere, no ano de 1973. A motivação para a produção da obra foi a morte na prisão da ativista de esquerda Aurora Maria Nascimento Furtado. Cerca de dois meses após o lançamento desta primeira edição de *Em câmara Lenta*, de 1977, Tapajós foi preso ao sair do seu trabalho na Editora Abril. Este caso é considerado o único no período da Ditadura Militar, onde o autor de um livro foi preso pelo conteúdo dele. O delegado Sérgio Fleury concluiu que a publicação violava a Lei de Segurança Nacional, sendo "uma apologia do terrorismo, da subversão e da guerrilha em todos os aspectos".

FONTE:

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. 2011. Tese (Livre-docência em Comunicação e Cultura). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.100.2015.tde-21082015-151559>. Acesso em: 14 abr. 2026.



MOURÃO FILHO, Olympio. Memórias: a verdade de revolucionário. Porto Alegre: L&PM, 1978.

O General Olympio Mourão Filho foi um dos artífices do golpe militar de 1964. Contudo, sua interferência política no país data de bem antes. Durante o Governo Vargas, Mourão Filho participou da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração facista fundado por Plínio Salgado em 1932. Com o intuito de manter os integralistas engajados na luta contra o avanço comunista, Mourão Filho elaborou um texto contendo uma simulação de plano de ação para a revolução comunista no Brasil. Este documento fantasioso ficou conhecido como Plano Cohen e foi parar nas mãos dos governantes, sendo usado por Vargas como prova sobre as intenções dos comunistas. Assim, Vargas teve a desculpa que queria para acumular maiores poderes como presidente, colocando o país em estado de guerra, o que culminou no governo de exceção chamado Estado Novo.

Destaca-se também na sua biografia o fato de ter atuado na Itália pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou da Segunda Guerra Mundial ao lado das nações aliadas. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, ocupou o cargo de

presidente da Comissão Técnica de Rádio do Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo o responsável pela execução da proibição de acesso ao rádio e à televisão do deputado Carlos Lacerda, líder da oposição ao governo. No governo militar, ele também atuou como ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

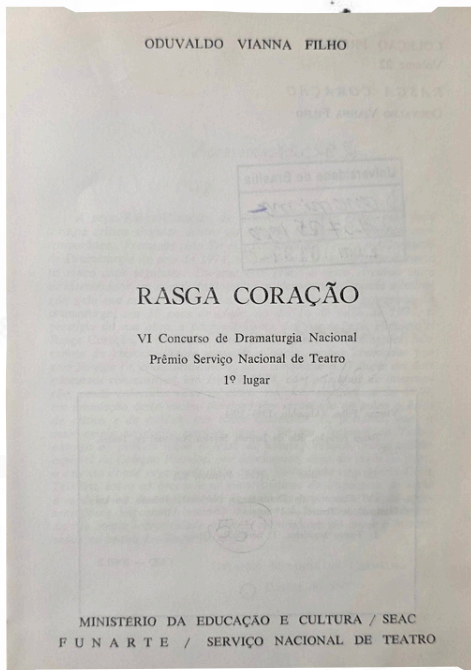
O seu livro de memórias foi publicado postumamente em 1978, cerca de seis anos após o seu falecimento. A obra foi apreendida ainda na gráfica, devido à ação judicial movida por sua filha Laurita Lourdes Linhares Mourão Irazabal, em que requereu medida cautelar de busca e apreensão do livro, pois pretendia obter a nulidade da doação e da cessão de direitos autorais ao historiador Hélio Silva, alegando incapacidade física do general Mourão Filho para esta conduta. Em fevereiro de 1979, após intensa luta na Justiça, amplamente divulgada pela imprensa, o livro teve a sua circulação liberada. Após a sua divulgação, a autoria por parte do general chegou a ser questionada, em razão das críticas que fez a figuras proeminentes do governo militar.

FONTE:

BARROS, Maicon Vinícius Ferreira. *A musealização da memória do general Olympio Mourão Filho e do golpe civil-militar de 1964 no museu Mariano Procópio*. 2017. TCC (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

FREITAS, Guilherme. *Terror cultural*. O Globo, [s. l.], 22 mar. 2014.

OLÍMPIO MOURÃO FILHO. In: *ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2023c.



VIANNA FILHO, Oduvaldo.
Rasga coração. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Ministério da Educação e Cultura, 1980.

Esta peça foi a última de Vianinha, que apesar de ter começado a escrevê-la em 1971, em razão de um câncer no pulmão, só a finalizou em 1974. Mesmo doente não deixou a obra de lado, passando a gravar sua voz quando já não conseguia mais escrever, contando também com a ajuda de sua mãe, que contribuiu na correção de seus textos.

Rasga coração empreendeu uma síntese de 70 anos da vida política do país a partir da experiência das militâncias de esquerda. O período que a obra abrangeu foi da 1ª República ao início da década de 1970, tratando também sobre a Revolução de 1930, o primeiro governo de Vargas e o Estado Novo, assim como da redemocratização de 1945.

A peça reflete sobre as frustrações dos ideais revolucionários e sobre a transformação da luta social, de modo que, às vezes se perde o contato com as necessidades das novas gerações. Com esta perspectiva, ela se sagrou vencedora do Concurso Nacional de Dramaturgia do Serviço Nacional de Teatro (SNT), em 1974.

Mesmo que na peça não houvesse referências diretas ao autoritarismo dos

militares, tanto as suas encenações, quanto a sua publicação foram vetadas pela censura. Este foi o motivo pelo qual o autor não viu a peça montada, pois faleceu muito antes de sua liberação. Apesar da censura, o texto circulou clandestinamente, sendo a peça liberada apenas em 1979 e a publicação do livro em 1980.

Rasga coração não foi a única peça do autor vetada. Outra vencedora do prêmio do SNT (de 1968), a peça *Papa Highirte* já havia sido impedida de ser executada. Esta peça também foi liberada apenas em 1979, sendo mais uma que Vianinha não pôde ver encenada.

FONTE:

CASTRO, Iara Cássia de. *Rasga coração: teatro e militância política em discussão*. 2017. Dissertação (Mestrado Magister Scientiae em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. 109 p.

GARCIA, Miliandre. *Patética: o prêmio e as censuras (anos 1970)*. *Baleia na Rede: estudos em arte e sociedade*, [s. l.], v. 1, n. 9, p. 135-157, 2012.

LOBO, Thiago. *A crítica textual diante da obra Rasga Coração*. *Revista Athena*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 154-170, 2017.

PUGA, Dolores. *O legado de Vianinha na dramaturgia nacional: reflexões sobre arte e resistência 51 anos depois*. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, [s. l.], v. 14, n. 30, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/th.v14i30.24663>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SOUSA, Michêlle de Fátima. *O autoritarismo brasileiro nas décadas de 1930 a 1970: uma análise da peça Rasga Coração*, de Oduvaldo Vianna Filho. 2019. 88 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ufes.br/handle/10/13189>.
Acesso em: 14 abr. 2026.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

VETADO

DATA: 03/11/2025 A 27/12/2026

TÍTULO: **CENSURA NUNCA MAIS**

CATEGORIA: Periódicos na Ditadura Militar

A censura prévia às diversões públicas foi legalizada a partir da DCDE, que agia principalmente no controle de conteúdo que atentasse contra a moral e os bons costumes. Ao mesmo tempo era mantida pelo governo uma face secreta da censura, aquela exercida a partir do Ministério da Justiça, determinando qual conteúdo de teor político podia ser veiculado pela imprensa. A censura à imprensa se deu de forma difusa, foram empregados vários métodos de coação a jornalistas, como a vigilância, prisão, perseguição judicial e tortura. Também aconteceram auditorias fiscais, controle de publicidade governamental, de empréstimos vindos dos bancos públicos e de outros financiamentos, liberados de acordo com a colaboração e submissão do jornal ou revista ao regime militar. Ainda existiram ações de interferência na venda e distribuição de exemplares da mídia impressa, como os casos de apreensões de edições, prisões de vendedores e atentados em bancas de jornais.

VETADO

VETADO



PIF-PAF, RIO DE JANEIRO, N. 1, 2 E 8, 1964.

A revista *Pif-Paf* foi uma revista de humor idealizada por Millôr Fernandes e publicada em 1964, considerada o primeiro veículo da imprensa alternativa durante a Ditadura Militar.

A chamada imprensa alternativa, ou mesmo nanica, produzida entre 1964 e 1985 foi caracterizada como um instrumento de forte oposição ao governo militar, com a maioria dos seus periódicos não se inserindo na lógica capitalista, e estando centrada em seu diretor.

Apesar do planejamento do seu lançamento ter ocorrido antes do golpe militar, como o primeiro número da revista saiu em maio de 1964, menos de dois meses após a tomada de poder, a *Pif-Paf* foi recebida como uma resposta ao governo autoritário.

O lançamento da revista teve enorme impacto nos meios estudantis, jornalísticos, políticos e intelectuais, apresentando vendagem de cerca de 40 mil exemplares do primeiro número. Mesmo não sendo o intuito inicial, ela foi logo considerada uma revista política por seus leitores, em razão da crítica a todos com o

uso do humor e da defesa da liberdade de expressão.

Um dos colaboradores da *Pif-Paf*, Claudius Ceccon foi preso por uma de suas charges, tornando-se o primeiro humorista preso no país pelo regime militar.

Após a publicação de uma fotomontagem envolvendo o general Castelo Branco e o jornalista e político Carlos Lacerda, a polícia da Guanabara mandou apreender o oitavo número da revista e fechar a publicação. Como Millôr se encontrava endividado, acabou acatando a ordem.

Mesmo tendo apenas oito números, o impacto da *Pif-Paf* foi grande no contexto político que se apresentava e na produção jornalística. Vários profissionais que haviam contribuído para a revista acabaram participando de outro importante veículo da imprensa alternativa brasileira, *O Pasquim*.

FONTE:

CARVALHO, Ilana Goldfeld. Um ABC contra a ditadura: O humor do Pif Paf e seu potencial subversivo. *Apuntes Hispánicos*, [s. l.], v. 13, p. 85-92, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2018.

VETADO



REALIDADE, [SÃO PAULO], N. 10, JAN. 1967.

Esta edição especial para "a mulher brasileira, hoje" teve a apreensão de seus exemplares determinada por dois Juizes de Menores, um em São Paulo, e outro no Rio de Janeiro. A interdição judicial foi baseada principalmente no artigo 53 da Lei 2.083 de 1953, que dizia: "não poderão ser impressos, nem expostos à venda ou importados, jornais ou quaisquer publicações periódicas de caráter obsceno, como tal declarados pelo Juiz de Menores, ou, na falta deste, por qualquer outro magistrado".

Apesar de os juizes recorrerem a uma lei criada muito antes do golpe militar, houve um respaldo do regime para este tipo de atuação censória. Em 28 de agosto de 1964, o Ministro da Justiça determinou que a atuação dos Juizes de Menores fosse intensificada no setor de diversões públicas, podendo interditá-las.

A revista era inteira sobre a mulher no Brasil, trazendo temas como saúde, comportamento, trabalho, humor, artes e religião. Os juizes alegaram que a publicação ofendia a moral e os bons costumes. Um deles escreveu que este número

VETADO

VETADO

da Realidade trazia "algumas reportagens obscenas e profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher, ferindo o pudor e, ao mesmo tempo, ofendendo a moral comum, com graves inconvenientes e incalculáveis prejuízos para a moral e os bons costumes". De modo que, para ele, a revista exaltava a mãe solteira e combatia a virgindade, entre outras coisas.

Cerca de 230 mil exemplares da Realidade de janeiro de 1967 foram apreendidos na gráfica e quase 40 mil retirados das bancas do Rio de Janeiro. Contudo, aproximadamente 200 mil revistas foram escondidas pelos jornaleiros e vendidas de forma clandestina nos meses posteriores.

FONTE:

BOTELHO, Rosana Ulhôa. Golpes contra a Realidade. *Universitas Face*, [s. l.], v. 1, n. 1, 2003.

FERNANDES, Anna Cláudia Bueno. Mulheres em realidade: feminilidade e gênero na revista realidade (1966-1968). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH RS, 14., 2018, Porto Alegre. *Anais [...]*, Porto Alegre: PUCRS, 2018.

GUEDES, Nicoli Glória De Tassis. *Três modos de ser revista: jornalismo e cotidiano em O Cruzeiro, Realidade e Piauí*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/BUBD-9UHGSE>. Acesso em: 14 abr. 2026.

VETADO



Kubitschek, bem sucedido

CASSADOS

Ordem do dia?

Dois dias depois da vitória da Revolução de 31 de março de 1964, o Diário Oficial da União publicou os dois primeiros atos do novo governo. O primeiro, assinado pelo general Arthur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e vicealmirante Augusto Rademaker Grünwaldt, eles suspendiam por dez anos os direitos políticos de 100 pessoas e cassavam os mandatos legislativos de outras 40. O primeiro da lista era Luis Carlos Prestes, fundador do primeiro Partido Comunista, seguido dos ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes e, entre outros, do economista Celso Furtado, do chefe da Casa Civil do governo deposto, Darcy Ribeiro, e dos deputados Almino Afonso, José Aparecido de Oliveira, Leonel Brizola e Sérgio Magalhães.

A menos de um mês do expurgo das primeiras punições — e elas prescrevem no dia 10 de abril — o MDB já fez saber que considera suas filiações bastante amplas para acolher, além dos atuais "autênticos" e "moderados", ex-cassados e ex-órãos de direitos políticos.

De acordo com a lei — Para a direção do MDB, toda injeção que ex-cassados voltem à vida partidária ou que intervenções de seus direitos políticos os que não tiveram direitos políticos suspensos — dispõe cargos eletivos. No entanto, o oitimismo do deputado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, parece excessivo. "Estamos em plena fase eleitoral e por isso entrando que problema foi levantado em época oportuna". Outros setores parlamentares, sem dúvida mais cautelosos, acreditam que in-

ciar a discussão sobre a volta dos cassados agora é, no mínimo, inoportuno. Um deputado arrematou, conhecido por sua proximidade com o futuro governo, lembrou a precipitação do debate e garantindo a VEJA que "o rompimento do cassado na vida do país poderá ser defendido por nova legislação".

Na 14, todo indica que os habitantes do timbo político brasileiro, no país ou fora dele, poderão movimentar-se nos estreitos limites da lei. Além disso, limitados, é possível que o MDB não tenha grande sucesso em seu plano de captar votos sem a ajuda de ex-punidos eleitoralmente fortes, pela simples razão de que a maioria "deve" já parecer desentusiasmada na vida política.

Arraes e Brizola, não poderão voltar ao país a não ser para cumprir as penas a que se acham condenados. Outros, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek ou o ex-deputado Sérgio Magalhães e Luiz Fernando "Baby" Bocayeva Cunha, alcançaram variáveis e confortáveis graus de sucesso na iniciativa privada. Os que já regressaram por iniciativa própria nos últimos anos — entre eles o ex-ministro do Trabalho Américo Silva, o ex-ministro da Justiça Abelardo Jurema e o ex-ministro da Educação Paulo de Tarso — mantêm-se em seguras atividades participativas. O economista Celso Furtado deverá seguir-lhes o exemplo e voltar de Paris para lecionar numa universidade carioca.

O comando do MDB — Enquanto se registravam as primeiras defleções no grupo, fortaleceu-se na bancada do MDB a convicção de que a maioria moderada pretende comandar sozinho o partido, sem recorrer às antigas concessões. A política de conciliação foi superada no momento em que os radicais se negaram a apoiar a candidatura simbólica de Ulysses Guimarães à presidência da República, desobedecendo a uma decisão tomada em Convenção Nacional e, por isso, guardada pelo instituto da fidelidade partidária. A direção do MDB não usou as medidas de repressão que a lei



Vieira, a vontade da maioria



Espera-se que este ar, desapareça

MDB

Comando moderado

Há um ano, o MDB precisou de muitos dias de entendimento e segundas reuniões para elevar Aldo Fagundes à liderança de sua bancada na Câmara dos Deputados, mas, na terça-feira passada, bastaram vinte minutos para trocá-lo por Laerte Vieira, que os radicais da oposição, na época, haviam vetado.

No discurso pronunciado logo após a sua eleição — que traduziu a clara hegemonia dos moderados sobre os radicais —, Vieira prometeu liderar democraticamente, procurando a unanimidade da bancada, mas advertiu: "Quando isto não for possível, o líder seguirá a decisão da maioria". A declaração de Vieira despertou reações imediatas entre os radicais, membros rios de uma deliberação minoria. Acometido de febre moderadora, o deputado paulista Fran-

co Amari desligou-se da facção, seguindo o exemplo do gaúcho Altair Colares, dado em janeiro, durante as eleições indiretas para a presidência da República. Dispôs a peritista na defesa mentos a ausência de grupo no momento em que a bancada escolheu o novo líder e Cristiano Dias, depurado pelo Rio Grande do Sul, produziu uma de suas frases características: "Os meus foram loucos, ou este partido é chefiado por velhacos".

O comando do MDB — Enquanto se registravam as primeiras defleções no grupo, fortaleceu-se na bancada do MDB a convicção de que a maioria moderada pretende comandar sozinho o partido, sem recorrer às antigas concessões. A política de conciliação foi superada no momento em que os radicais se negaram a apoiar a candidatura simbólica de Ulysses Guimarães à presidência da República, desobedecendo a uma decisão tomada em Convenção Nacional e, por isso, guardada pelo instituto da fidelidade partidária. A direção do MDB não usou as medidas de repressão que a lei

VEJA, [SÃO PAULO], N. 15, 18 DEZ. 1968.
 VEJA, [SÃO PAULO], N. 288, 13 MAR. 1974.

A Veja foi amplamente censurada durante a Ditadura Militar. A revista passou por censura prévia em diversos momentos, com um censor fixo na sua redação, além de ter vários números apreendidos. Neste período, foram vetadas 10.352 linhas de texto, 44 fotos e 20 ilustrações.

A edição de número 15, que figurou na exposição, representa a primeira incursão da censura na revista. Este número foi recolhido nas bancas de jornais em razão da fotografia apresentada na capa, com o General Costa e Silva no congresso vazio, o qual havia sido fechado devido à recente promulgação do AI-5. Também 3.600 exemplares deste número constam no primeiro Auto de Incineração, executado em Brasília, em 1973. Este documento relata a queima de diversos itens culturais, como livros, discos, revistas, entre outros, evento que inclusive contou com a participação de bombeiros, tal qual o enredo do livro *Fahrenheit 451*.

VETADO

VETADO

Em alguns momentos a revista ousou mostrar a censura que sofria a seus leitores. Um dos recursos utilizados foi o de colocar nos trechos censurados a figura de diabos. No número 288, que esteve na exposição, foi possível ver a imagem dos "diabinhos" que ilustravam os espaços censurados.

Na edição de número 398, que também consta no acervo da BCE, publicada em 21 de abril de 1976, onde deveria estar a matéria sobre a morte da estilista Zuzu Angel, devido à censura, a editora Abril incluiu o seu logotipo, acompanhado de uma propaganda. Contudo, ainda figurou na revista impressa aquele que deveria ser o título da notícia: Memória - Zuzu Angel (1921-1976).

Ainda é possível encontrar na coleção, por exemplo, os números 66 e 169, que também tiveram seus exemplares apreendidos. O primeiro em razão da matéria de capa sobre tortura, e o segundo por ter noticiado sobre Haroldo Leon Peres, que teve que renunciar ao governo do estado do Paraná devido às acusações de corrupção.

FONTE:

ANTONELLI, Diego. História do Paraná: A queda de um governador. *Mural do Paraná*, [s. l.], 10 abr. 2025.

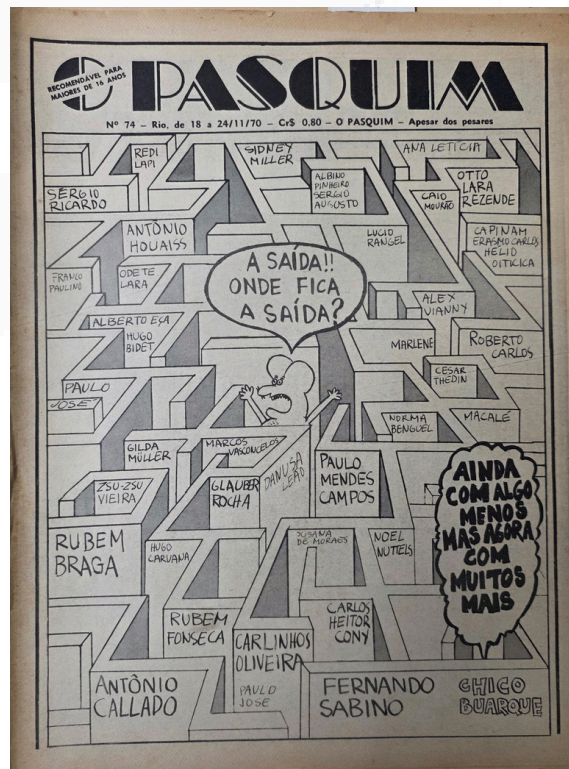
A DEMOCRACIA IMPRESSA: como VEJA enfrentou a tesoura dos censores na ditadura. *Veja*, [s. l.], 27 jun. 2025.

GAZOTTI, Juliana. A revista Veja e o obstáculo da censura. *Revista Olhar*, [s. l.], v. 3, n. 5-6, 9 p., jan./dez. 2001.

GREENHALGH, Raphael Diego. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a grande imprensa em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Observatório*, [s. l.], v. 6, n. 4, 2020. Disponível em: 10.20873/uft.2447-4266.2020v6n4a9pt. Acesso em: 14 abr. 2026.

KLANOVICS, Luciana Rozar Fornazari. No olho do furacão: revista *Veja*, censura e ditadura militar (1968-1985). *Revista Literatura em Debate*, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 34-50, jan.-jul., 2010.

VETADO



PASQUIM, RIO DE JANEIRO, N.22, 20-26 NOV. 1969.

PASQUIM, RIO DE JANEIRO, N.74, 18-24 NOV. 1970

O Pasquim foi um dos principais veículos da imprensa alternativa durante a Ditadura Militar, tanto pela sua relevância política, quanto pelo seu alcance, chegando a atingir uma tiragem de 250 mil exemplares no seu auge. O jornal em formato tablóide foi lançado em junho de 1969, poucos meses após a promulgação do AI-5, e durou até o ano de 1991.

A publicação passou por diversos estágios e eventos de censura, desde a apreensão de exemplares, até a prisão de seus redatores. Entre janeiro de 1970 e dezembro de 1973, a censura prévia no jornal foi realizada por um censor fixo na redação. Porém, entre dezembro de 1973 e março de 1975, a censura ao Pasquim se tornou mais pesada e burocrática, sendo obrigatório o envio de todas as matérias para a avaliação da DCDP em Brasília.

VETADO

VETADO

Publicado em 15 de novembro de 1969, o número 22 do jornal apresentou uma entrevista com a atriz Leila Diniz, já conhecida pelas falas sem filtro. Ao longo da conversa, ela disparou 71 palavrões, que na transcrição foram marcados com um * (asterisco) pela equipe d'O Pasquim, que já sabia que os palavrões não passariam pela censura. A atriz também falou abertamente sobre a sua vida sexual, sua visão sobre as pessoas ligadas ao teatro e até mesmo sobre a censura, debochando do público, dos valores sociais, dos homens e dela mesma.

A entrevista da atriz Leila Diniz impactou diretamente no interesse da população pelo Pasquim, que até então tinha uma tiragem de 20 mil exemplares, e que a partir do número 22 passou a imprimir 115 mil unidades.

Com a repercussão da entrevista, dois meses após a sua publicação, os militares criaram o Decreto-Lei N° 1.077/1970, que permitiu a censura prévia a todos os periódicos, ficando conhecido como Decreto Leila Diniz.

Em novembro de 1970 praticamente todos os principais jornalistas do Pasquim foram presos pelos militares, com exceção de Millôr Fernandes e Henfil. A intenção da censura era tirá-los de circulação e fazer com que os leitores perdessem o interesse pelo jornal.

Vários números do tablóide fizeram referência à prisão da sua equipe. Na capa do número 73 um lobo e um cordeiro dialogavam: "Enfim um Pasquim inteiramente automático sem o Ziraldo, sem o Jaguar, sem o Tarso [...] sem redação...". Também no alto da página do jornal constava: "O Pasquim - um jornal com algo menos", e no editorial assinado pelo ratinho SIG, personagem criado por Jaguar, ele falava:

Eu queria dizer que estou bem de saúde e que gravei um disco na Itália. Eu queria abraçar vocês, mas não tinha ninguém aqui. Deve ser por causa da gripe. Ninguém segura essa gripe. Assim mesmo, estimo melhora. Um abraço. SIG". Além disso todas as matérias deste número foram assinadas pelo ratinho, de modo que a edição apresentou diversos sinais do que havia acontecido à redação do jornal.

No número 74 foram apresentados na capa os nomes de colaboradores que tinham ido socorrer a publicação durante a prisão dos seus jornalistas. Entre eles estavam Glauber Rocha, Odete Lara, Rubem Braga, Chico Buarque, Danusa Leão, Antonio Houaiss, Carlos Heitor Cony, etc.

Apenas no número 78 O Pasquim estampou o anúncio da volta de todos à redação: "Estamos aqui, Ó".

Além dos números já citados, a Seção de Obras Raras da BCE também conta com vários outros, faltando poucos números das 1.072 edições que representam a totalidade da publicação. Consta no acervo, por exemplo, o número 300, de 1975, que foi o primeiro sem censura prévia após cinco anos, mas que mesmo assim foi apreendido nas bancas, ou mesmo os números 377 e 559, ambos também apreendidos. Em razão destas apreensões, estes três números figuram em Autos de Incineração das sucursais da censura, que dão notícias da queima de 1.845 exemplares, em Campo Grande-MS, Fortaleza-CE e Porto Alegre-RS.

FONTE:

ALENCAR, Luiza; BIANCHIN, Sadi. Patrícia Galvão e Leila Diniz: um olhar sobre o dialeto da mulher brasileira no século xx. In: GOMES, Daniel Machado; GOMES, Maria Paulina (orgs.). Coletânea de Artigos Apresentados na Jornada de Iniciação

Científica de 2020: Jornada Virtual. Rio de Janeiro: Facha Ed., c2020. p. 165-178.

BUZALAF, Márcia Neme. *A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93346>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ESPERANÇA, Hanna Henck Dias. *Desmitificando Leila Diniz: a estrela em Mulheres de cinema*, de Ana Maria Magalhães. *Movimento*, [s. l.], n. 13, p. 73-98, ago. 2019.

GREENHALGH, Raphael Diego. *As restrições à circulação da imprensa alternativa e dos jornais estudantis em Brasília durante a ditadura militar (1964-1985)*. *Revista Alterjor*, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 1, p. 146-164, 2023. Disponível em: [10.11606/issn.2176-1507.v27i1p146-164](https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v27i1p146-164). Acesso em: 14 abr. 2026.

MEDEIROS, Ana Lucia Gomes. *Pasquim, anos 70 & entrevistas, um jogo de poder e sedução*. 2003. Tese (Doutorado em Letras/Literatura Brasileira) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.



ORDEM DO UNIVERSO, BRASÍLIA, V. 1, N. 1, 3 E 5, 1975.

Os principais veículos da imprensa alternativa produzidos em Brasília foram os jornais *Tribo*, *Ordem do Universo*, *Cidade Livre* e *Transe*. Os quatro jornais tiveram vida efêmera em razão das dificuldades impostas pelo momento político, assim como aconteceu com a maioria das publicações alternativas do período.

Com exceção do *Cidade Livre*, os outros três jornais brasilienses se enquadravam na linha comportamental das publicações alternativas. Estes veículos da imprensa não faziam embate político direto com o governo militar, mas mesmo assim eram perseguidos, pois apresentavam novas propostas para a organização social e para a estrutura comportamental das pessoas, desafiando o *status quo*.

O jornal *Ordem do Universo* era, portanto, uma publicação de contracultura, principalmente associado ao fenômeno conhecido como Nova Era (*New Age*). O seu

principal propósito era servir como um condutor da vida diária em consonância com a harmonia universal. Nele se encontravam matérias sobre macrobiótica, agricultura orgânica, medicina alternativa, ecologia e esoterismo. Temas pouco explorados pela grande mídia naquele momento.

O editor-chefe de *Ordem do Universo* era Wanderley Pinho, que para além do jornal, também se envolveu em vários outros projetos que se associavam ao movimento da Nova Era. Para ele e seu grupo de amigos, as cidades entrariam em colapso e isso exigiria um retorno da população para o campo.

Neste contexto, Wanderley, junto com Tetê Catalão, Vera Lessa, Roberto Pinho, Luís Carlos Pontual, entre outros, se fixaram na Fazenda Guariroba, a 100 km de Brasília, no caminho para Unai-MG. O intuito deste grupo era criar uma sociedade alternativa aos moldes das ideias do professor da UnB, Agostinho da Silva. O docente pregava o culto ao Espírito Santo pelo caminho do pensamento intuitivo, pelo desenvolvimento da capacidade de perceber nossa situação cósmica, diferente dos moldes do catolicismo.

O projeto da Fazenda Guariroba contou inclusive com a ajuda de Caetano Veloso e Gilberto Gil, sendo que Gil chegou a visitar o espaço em 1975, pensando até em morar lá. O músico ainda escreveu a canção Refazenda, inspirada na comunidade que ali vivia, como uma forma de dar ânimo aos seus moradores, que já perdiam o fôlego diante dos desafios que apareciam.

Assim como a Fazenda Guariroba, o jornal *Ordem do Universo* também teve vida curta, durando menos de 2 anos. A publicação surgiu em janeiro de 1975 e teve 23 edições sequenciadas até setembro de 1976, chegando a uma tiragem de 20 mil

exemplares, com assinaturas até mesmo em Portugal. O mesmo grupo que criou *Ordem do Universo*, após o fim deste, idealizou *Transe*, mantendo o eixo temático do naturalismo e da ecologia.

FONTE:

CAETANO, Maria do Rosário. Guarairoba: uma comunidade rural floresce no planalto. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 ago. 1986.

GREENHALGH, Raphael Diego. As restrições à circulação da imprensa alternativa e dos jornais estudantis em Brasília durante a ditadura militar (1964-1985). *Revista Alterjor*, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 1, p. 146-164, 2023. Disponível em: 10.11606/issn.2176-1507.v27i1p146-164. Acesso em: 14 abr. 2026.

NEIVA, Ivany Câmara; TORRES, Cristina; LACERDA, Nara. O meio ambiente no meio da rua. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008, Natal. Anais[...] Natal: Intercom, 2008.

VIEIRA, Kaline Maria Souza. *Tempo e mito no discurso jornalístico: um estudo dos enunciados sobre a nova era*. 2015. 98 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

periódico contratou uma pessoa que ia na DCDP e depois telefonava para a redação no Rio de Janeiro, informando o que havia sido cortado. Estas ligações duravam horas, mas eram mais rápidas que aguardar o material se deslocar entre as duas cidades.

Devido aos prejuízos e atrasos impostos pela censura em Brasília, o número 24 de *Opinião* foi impresso sem ser encaminhado para avaliação da DCDP. Por este motivo, houve a apreensão de toda a edição e a prisão do dono do jornal Fernando Gasparian, do editor Raimundo Pereira e do jornalista Tárík de Souza.

Pela apreensão desta edição, o jornal entrou com ação judicial alegando ser ilegal a censura sofrida por ele. Apesar de o periódico ter tido decisão favorável no Tribunal Federal de Recursos (TFR), no dia seguinte ao julgamento, o presidente Médici emitiu documento informando os motivos dele estar sofrendo censura. Desta forma, a censura política que até então era velada, acabou tornando-se pública.

Assim como aconteceu com a revista *Veja*, também o jornal *Opinião* usou alguns recursos para demonstrar aos seus leitores o tamanho da censura que sofria. Um deles foi mostrado no número 224 na exposição, que apresentou o uso de tarjas pretas com a inscrição "Assine e Leia *Opinião*", cobrindo os trechos que tinham sido proibidos.

Na madrugada de 15 de novembro de 1976, a sede do jornal sofreu um atentado à bomba promovido pela autointitulada Aliança Anticomunista Brasileira.

Em abril de 1977, o número 230 trazia um editorial rompendo com a censura. A edição foi distribuída desobedecendo as proibições e por isso teve parte da sua tiragem confiscada. O último número do *Opinião* (231), de 8 de abril de 1977, foi impresso totalmente sem censura, levando

também à apreensão dos exemplares pela Polícia Federal.

FONTE:

ADAMATTI, Margarida Maria. A crítica cinematográfica no jornal alternativo *Opinião: frentismo, estética e política nos anos setenta*. 2015. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.27.2015.tde-29062015-145204>. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL, Bruno. *Opinião*. BN Digital Brasil, [Rio de Janeiro], 29 out. 2015.

BRITO, Roberta Kelly de Souza; SILVA, Naiana Rodrigues da. *Imprensa Alternativa no Brasil: o caso do jornal Opinião*. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 14., 2012, Recife. *Anais[...]* Recife: Intercom, 2012.

CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na Ditadura Militar: fundamentos e controvérsias. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, [s. l.], v. 59, n. 1, p. 79-100, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v59i1.36349>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, pp. 251-286, dez. 2002.

KUSHINIR, Beatriz. De ordem superior...: Os bilhetinhos da censura e os rostos das vozes. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 357-378.



REVISTA DO HOMEM, [SÃO PAULO], N. 6, 9 E 13, 1976.

A Revista do Homem se trata daquela que posteriormente ficaria conhecida no Brasil como revista *Playboy*. Ela surgiu nos Estados Unidos em 1953 e teve em sua primeira capa a atriz Marilyn Monroe. O governo militar havia proibido a circulação da edição americana *Playboy* em 1973, e por este motivo seu nome foi omitido na edição brasileira, sendo usado o título original apenas em 1978.

Observa-se que na Revista do Homem a nudez correspondia a cerca de 20% do conteúdo, enquanto nas demais publicações do mesmo nicho, a nudez aparecia em cerca de 70 a 80% da edição. Essa linha editorial alinhava-se ao público alvo da revista, que buscava conquistar homens heterossexuais, urbanos, modernos e de classe média/alta. Por isso, a revista apresentava uma nudez que era considerada artística, com as fotos assinadas, trazendo a beleza da mulher, mas

também o ideal de mulher para aquele público, apresentando mulheres profissionais e de sucesso, como atrizes, bailarinas, modelos etc.

A revista ainda contava com matérias sobre política, religião, moda, ciência, literatura, arte, cinema e um espaço dedicado ao humor e também à interação com o leitor por meio das cartas que estes enviavam.

Havia naquele período uma associação ideológica entre moral e política, onde determinados setores da sociedade brasileira relacionavam o comunismo à imoralidade. Por isso, muitos viam no erotismo e na pornografia uma estratégia de corrupção da juventude e da família tradicional cristã.

Neste contexto, a *Revista do Homem* passa pela censura prévia desde o início, trazendo em suas páginas marcas que transparecem as proibições. Todas as estruturas da revista foram analisadas, como a capa, o índice, as fotografias, os desenhos, as piadas, e claro, também as matérias e os artigos. Contudo, a censura que aconteceu na revista não foi apenas referente à moral e aos bons costumes, sendo possível também observar proibições de cunho político.

A maioria dos cortes sugeridos pelos censores foram de "palavrões" ou "expressões deseducadas". Nestes casos a revista ou trocava o termo por outro, ou colocava reticências nos palavrões, como no caso de f... da p..., por exemplo. Quanto à nudez, entre alguns dos subterfúgios que foram usados pela publicação para enquadrar o nu nas regras da censura, estavam o uso de uma estrela sobre o mamilo de uma modelo, ou embaçá-lo para suavizar a nudez.

Os exemplares expostos não fazem parte da coleção da BCE.

FONTE:

GREENHALGH, Raphaél Diego; SILVA, Carlos Henrique Juvêncio da. A Revista do Homem (Playboy) e a censura prévia na ditadura militar (1975-1976): entre a moral, os bons costumes e o homem contemporâneo. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 207-227, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02204610>. Acesso em: 14 abr. 2026.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

VETADO

DATA: 03/11/2025 A 27/12/2026

TÍTULO: **CENSURA NUNCA MAIS**

CATEGORIA: Outras censuras no Brasil

Apesar de em governos autoritários a censura se estruturar e se institucionalizar, ela também pode ser um fenômeno observado em períodos considerados democráticos.

No campo das publicações, as iniciativas observadas no país nestes períodos vão de coerção a jornalistas, até proibição de publicações e circulação de livros.

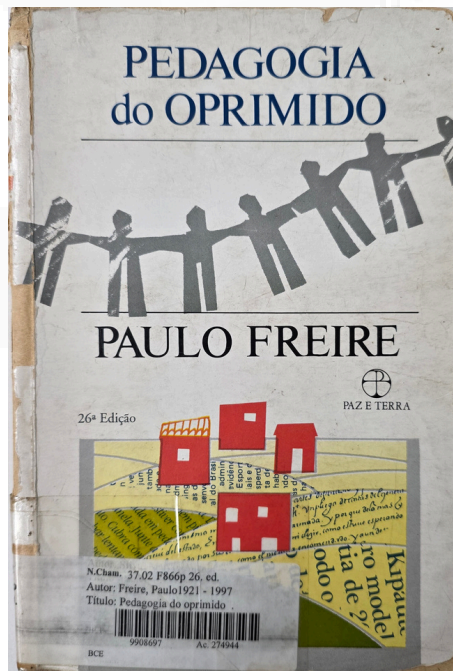
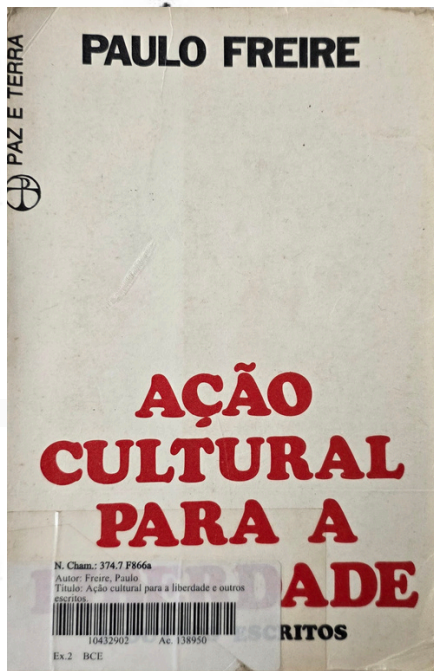
Casos emblemáticos são os das biografias não autorizadas proibidas de serem publicadas ou comercializadas até o ano de 2015, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) afasta exigência prévia de autorização para biografias, suspendendo a censura.

Recentemente também obras que tratam de racismo, cultura afro-brasileira, história e cultura indígena, liberdade religiosa, exploração colonial, ditadura militar, teoria da evolução, vacinação, crise climática e destruição ambiental, sexualidade e gênero, foram igualmente perseguidas no país.

VETADO

VETADO

VETADO



FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Para o educador, o ensino deveria ser uma forma de transformar as pessoas em indivíduos conscientes das suas posições no mundo. Em 2016 Elliott Green, professor da London School of Economics, realizou uma pesquisa no Google Scholar que revelou que Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado do mundo na área de humanas.

O livro *Pedagogia do Oprimido* é uma das principais referências no campo da Educação, figurando entre os 100 livros mais pedidos em universidades de língua inglesa. Até recentemente Paulo Freire também era o brasileiro com maior número de títulos *Doutor Honoris Causa*, sendo reconhecido, por exemplo, pelas universidades de Harvard, Cambridge e Oxford.

Na Ditadura Militar, Freire foi muito perseguido, chegando a ficar 75 dias preso e respondendo a vários

VETADO

VETADO

interrogatórios. Por isso, a contragosto e seguindo orientações de amigos, ele se exilou no Chile. Suas ideias e obras estavam proibidas pelo governo militar, e por esse motivo, o *Pedagogia do oprimido* teve primeiramente edições em inglês e espanhol em 1970. A edição brasileira saiu apenas em 1974. Depois de ter morado em diversos países, ele retornou ao Brasil após 16 anos da sua saída.

Ainda hoje as ideias de Paulo Freire são atacadas por algumas pessoas e políticos brasileiros de direita. Os ataques a ele por políticos foi tão frequentes e intensos, que em 2021, a Justiça Federal do Rio de Janeiro obrigou por liminar, que a União abstenha-se de "praticar qualquer ato institucional atentatório à dignidade do Professor Paulo Freire na condição de Patrono da Educação Brasileira".

FONTE:

ALFANO, Bruno. Justiça proíbe União de atentar contra dignidade' de Paulo Freire. *O Globo*, [s. l.], 20 set. 2021.

ARRIADA, Eduardo; MEDEIROS NOGUEIRA, Gabriela; BELLÉ ZASSO, Silvana Maria. *Pedagogia do oprimido: do manuscrito ao texto escrito*. *Revista Brasileira de Alfabetização*, [s. l.], v. 1, n. 6, 2018. <https://doi.org/10.47249/rba.2017.v1.222>. Acesso em: 14 abr. 2026.

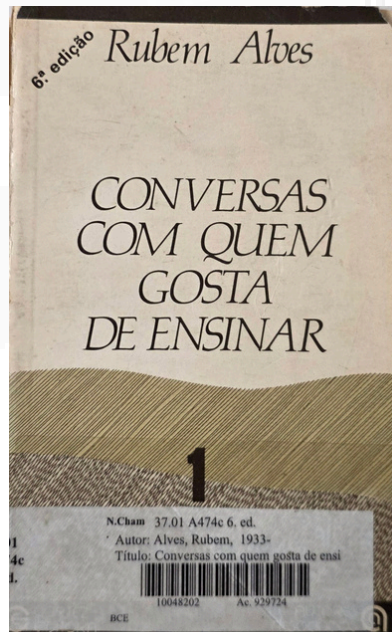
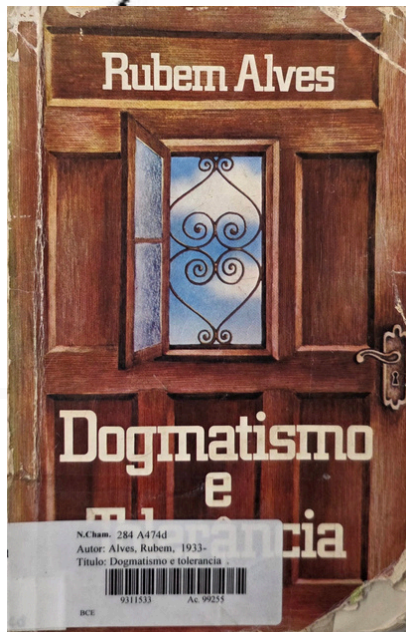
INSTITUTO PAULO FREIRE. *Biografia*. [São Paulo]: Instituto Paulo Freire, 2021.

INSTITUTO PAULO FREIRE. *Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo*. [São Paulo]: Instituto Paulo Freire, 2021.

MONTESANTI, Beatriz. Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo. *Nexo*, [s. l.], 04 jun. 2016

PAULO, Fernanda dos Santos. (2025). Educação popular e resistência na ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira De História Da Educação*, [s. l.], v. 25, n. 1, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e357>. Acesso em: 14 abr. 2026.

VETADO



ALVES, Rubem. *Dogmatismo e tolerância*. São Paulo, SP: Paulinas, 1982.

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1983.

O autor é considerado um dos principais pedagogos brasileiros, sendo um dos fundadores da Teologia da Libertação. Abordagem esta que buscava uma nova consciência ecumênica, que uniria os povos a partir do entendimento que a pobreza e a discriminação não são fatos naturais, nem vontade de Deus, mas uma relação de causa e efeito decorrente de uma herança colonial opressora.

No período da Ditadura Militar, o ativismo social de Rubem Alves fez com que ele e outros cinco pastores da Igreja Presbiteriana fossem acusados perante um tribunal eclesiástico. Indiciados como comunistas e por desprezarem a doutrina protestante. Estas acusações também chegaram ao DOPS, que considerou o reverendo Alves um subversivo perigoso. Por este motivo, ele entrou para a lista dos vigiados da ditadura, que o monitoraram secretamente dos anos 1960 até 1985. Neste

VETADO

VETADO

contexto de perseguição, Rubem Alves e sua esposa optaram pelo autoexílio nos Estados Unidos, de 1965 até meados da década de 1980.

Recentemente, com a ascensão da extrema-direita, vários casos de censura foram observados no país, como o cancelamento de exposições, de lançamentos de filmes e da realização de peças teatrais. Da mesma forma foram perseguidas as obras bibliográficas. Muitos livros foram retirados de bibliotecas, principalmente aqueles que tratavam de racismo, cultura afro-brasileira, história e cultura indígena, liberdade religiosa, ditadura militar, crise climática e destruição ambiental, sexualidade e gênero, entre outras.

Neste contexto, em 2020, a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia encaminhou aos coordenadores regionais de educação, uma lista com 43 livros que deveriam ser recolhidos nas escolas daquele estado, por apresentarem "conteúdos inadequados às crianças e adolescentes". Entre eles haviam obras de autores como Machado de Assis, Mario de Andrade, Euclides da Cunha, Nelson Rodrigues, Caio Fernando Abreu, Franz Kafka, Edgar Allan Poe e Rubem Fonseca, além de uma observação específica: recolher todos os livros de Rubem Alves. Com a repercursão negativa que teve na mídia, o recolhimento das obras não foi levado adiante.

FONTE:

ANDRIES, André Luiz Fernandes. *Rubem Alves e a contracultura*. 2022. TCC (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

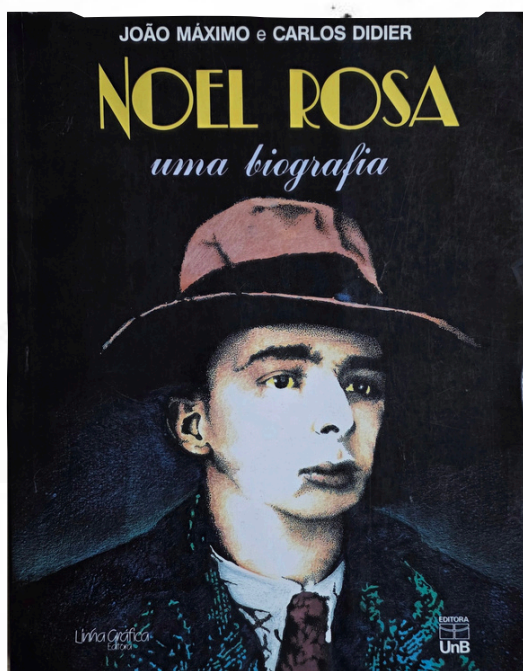
CAVALCANTE, Alexandre Souza. *O discurso de censura às artes no Brasil (2019-2022)*. 2024. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/16630>. Acesso em: 14 abr. 2026.

GALVANI, Giovanna. MPF quer que governo de Rondônia revele quem mandou censurar livros. *Carta Capital*, [São Paulo], 08 fev. 2020.

PRADO, Jorge. Bibliotecas que não se calam: aqui a censura não tem vez: relatos de censura. *FEBAB*, São Paulo, 3 mar. 2020.

RUBEM ALVES. In: MARIANI, Ceci Maria Costa Baptista; CAMPOS, Breno Martins. *Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas*. Buenos Aires: CeDInCI, [2025?].

SUBTIL, Mayara. Pente-fino de livros em Rondônia começou após denúncia de palavrão em obra de Rubem Fonseca, diz secretário. *G1*, Rondônia, 07 fev. 2020.



MÁXIMO, João. Noel Rosa: uma biografia. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1990.

Apesar da Constituição Federal de 1988 considerar livre e independente de censura a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, famosos ou seus herdeiros acionavam a justiça buscando impedir que biografias não autorizadas fossem publicadas. Geralmente as alegações para a proibição destas obras se baseavam no Código Civil brasileiro, que considera a vida privada inviolável, determinando também que a divulgação de escritos e o uso da imagem de alguém necessita de autorização prévia.

Em 1997, a viúva de Noel Rosa não permitiu uma reedição desta biografia pela editora José Olympio. Já em 2001, como herdeiras, as sobrinhas do cantor processaram os autores da obra, pedindo indenização por danos materiais e morais por invasão de privacidade, por causa das citações dos suicídios do avô e do pai de Noel. A obra não teve reedição até os dias de hoje.

Em 2015, o STF analisou esta questão e, por unanimidade, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

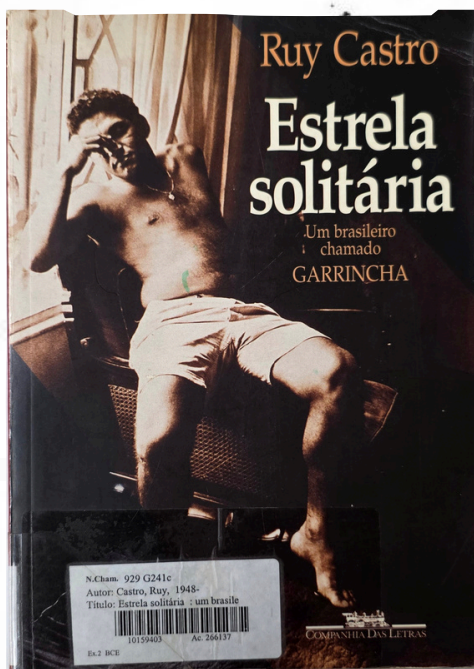
declarando inexigível a autorização prévia para a publicação de biografias. A ministra Carmen Lúcia, relatora do caso, destacou que a Constituição prevê nos casos de violação da privacidade, da intimidade, da honra e da imagem, a reparação indenizatória, proibindo "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". Portanto, uma regra infraconstitucional não poderia abolir o direito de expressão e criação de obras literárias.

FONTE:

BERROGAIN, Isabela. Movimento de censura de biografias publicadas no Brasil causa polêmica em Frankfurt. *UAI*, [s. l.], 10 out. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *STF afasta exigência prévia de autorização para biografias*. Brasília: STF, 2015.

MURARO, Cauê. Roberto Carlos, Lampião, Garrincha: lista traz 8 biografias proibidas'. *G1*, São Paulo, 10 jun. 2015.



CASTRO, Ruy. *Estrela solitária*: um brasileiro chamado Garrincha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Em 1995, dias antes da publicação desta biografia, as filhas de Garrincha procuraram a editora demandando pagamento de direitos. Como não foram atendidas, no mês seguinte, a Justiça proibiu a obra. As filhas alegavam que o texto de Ruy Castro manchava a imagem do biografado, explorando os seus problemas com o alcoolismo, citando que o órgão sexual dele tinha medidas avantajadas e mencionando detalhes sobre a iniciação e vida sexual do craque, no capítulo intitulado *A Máquina de Fazer Sexo*. A decisão inicial foi revertida após um ano, tendo o livro uma nova edição, a qual trazia uma tarja vermelha na capa com o escrito: "Finalmente Liberada". Mas, em fevereiro de 2006, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a Companhia das Letras deveria pagar danos materiais às herdeiras.

FONTE:

BIOGRAFIA não ofende imagem de Garrincha, diz Justiça. *Estadão*, São Paulo, 03 mar. 2012.

DIAS, Roberto. Liberdade de expressão: biografias não autorizadas. Revista *Direito, Estado e Sociedade*, [s. l.], n. 41, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17808/des.41.161>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MURARO, Cauê. Roberto Carlos, Lampião, Garrincha: lista traz 8 biografias proibidas'. *G1*, São Paulo, 10 jun. 2015.



AQUINO, Marçal. *Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Marçal Aquino é jornalista, escritor e roteirista de cinema e de televisão. Ele recebeu o Prêmio Jabuti pelo livro de contos *O amor e outros objetos pontiagudos*. Atuou também como roteirista de filmes, como *Os matadores*, *O invasor* e *O cheiro do ralo*.

A obra *Eu receberia as piores notícias dos seus lindo lábios* explora temas como amor, traição, violência e redenção. A história retrata o envolvimento de um fotógrafo com a mulher de um pastor evangélico que a tirou das ruas e das drogas. A narrativa se passa em uma pequena cidade no estado do Pará, retratando com detalhes a atmosfera e a paisagem da região amazônica. O livro conta com mais de 20 edições e teve adaptação para o cinema em 2011.

Em maio de 2023, um deputado do Partido Liberal (PL) classificou a obra como contendo absurdos pornográficos, e por isso criticou nas suas redes sociais o fato de uma universidade do estado de Goiás estar cobrando o livro na seleção de alunos. Influenciada pelas falas do parlamentar, a Universidade de Rio Verde

(UniRV) retirou o título do vestibular. Diante deste contexto, de aumento de livros censurados no país, em 2024, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) disponibilizou um formulário para que as pessoas bibliotecárias pudessem relatar casos de censura que aconteceram nas instituições onde atuavam. Até o momento foram recolhidos 51 depoimentos, sendo possível observar episódios em que foram retirados livros das coleções de bibliotecas escolares e públicas, entre eles: *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil, O útero é do tamanho de um punho, O menino de vestido, O livro da família, Cada família é de um jeito e Enquanto o sono não vem.*

FONTE:

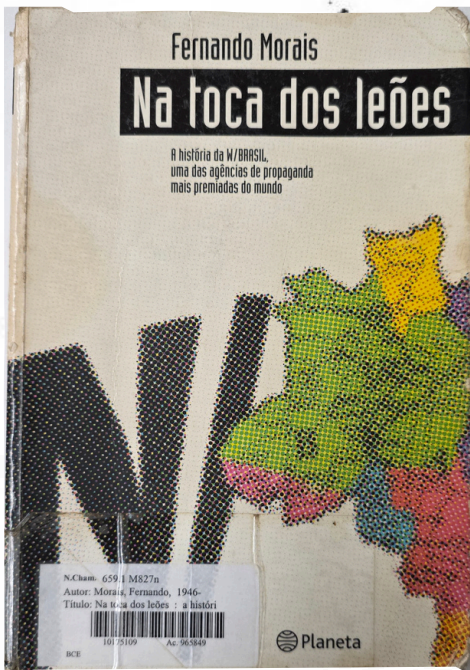
BRAGA, Laura. "Me choca", diz Marçal Aquino sobre censura de livro em universidade. *Metrópoles*, [Brasília], 02 mai. 2023.

LIVRO do escritor Marçal Aquino é retirado de universidade após polêmica com deputado bolsonarista. *Carta Capital*, [São Paulo], 01 mai. 2023.

MARÇAL AQUINO. *Nós*, São Paulo, [2015?].

OLIVEIRA, Daniele. Ganhador do Prêmio Jabuti, Marçal Aquino tem livro retirado de vestibular após deputado criticar obra. *G1*, Goiás, 01 mai. 2023.

PRADO, Jorge. Bibliotecas que não se calam: aqui a censura não tem vez : relatos de censura. *FEBAB*, São Paulo, 3 mar. 2020.



MORAIS, Fernando. Na toca dos leões: a história da W/Brasil, uma das agências de propaganda mais premiadas do mundo. São Paulo: Planeta, 2005.

Apesar da obra tratar da trajetória da agência de publicidade W/Brasil e do publicitário Washington Olivetto, a Justiça de Goiânia determinou a busca e apreensão do livro por ofensa ao então deputado Ronaldo Caiado. No texto, Morais reproduz uma declaração de Gabriel Zellmeister, um dos fundadores da W/Brasil, dizendo que, se eleito presidente da República em 1989, Caiado saberia como esterilizar as mulheres nordestinas. O deputado alegou que não foi ouvido pelo biógrafo e que a afirmação feita pelo publicitário mancharia a honra de "qualquer cidadão de bem". O livro ficou impedido de circular entre abril e outubro de 2005, e durante este período, o escritor estava sujeito a pagar multas de R\$ 5 mil para cada comentário sobre o tema ou em caso de publicidade do livro.

FONTE:

FOGUEIRA medieval: TJ goiano mantém proibição do livro de Fernando Morais. Consultor Jurídico, [São Paulo], 02 jun. 2005.

VETADO

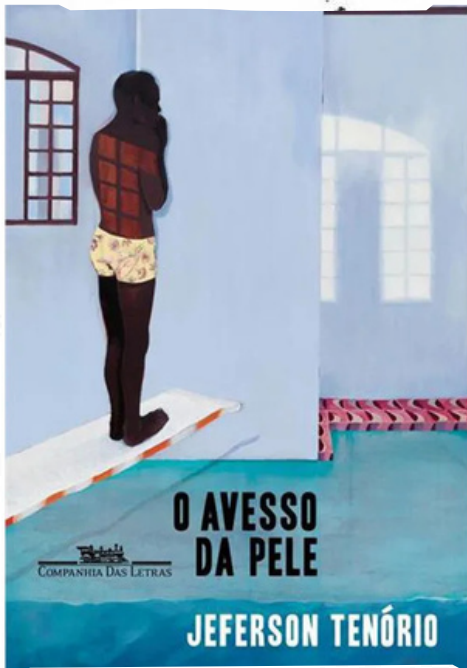
HAIDAR, Rodrigo. Fim de censura: Justiça libera venda do livro Na Toca dos Leões em todo país. *Consultor Jurídico*, [São Paulo], 21 out. 2005.

JUSTIÇA condena Fernando Morais a pagar indenização ao deputado Federal Ronaldo Caiado por danos morais. *Migalhas*, [s. l.], n.6315, 30 jun. 2010.

MURARO, Cauê. Roberto Carlos, Lampião, Garrincha: lista traz 8 biografias proibidas'. *G1*, São Paulo, 10 jun. 2015.

VETADO

VETADO



TENÓRIO, Jeferson. *Averso da Pele*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Jeferson Tenório, autor negro, é graduado em Letras, Mestre em Literaturas Luso-africanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutor em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). O autor estreou na literatura em 2013, com o romance *O beijo na parede*, eleito como o Livro do Ano pela Associação Gaúcha de Escritores. *O Averso da Pele* foi publicado em 2020, sendo o terceiro livro literário do escritor. A obra venceu o prêmio Jabuti e teve seus direitos vendidos em vários países.

O Averso da Pele narra a vida de um homem negro em um estado e país racistas, denunciando o racismo estrutural. Nele, um filho conta a trajetória de seu pai, um professor de literatura de uma escola da periferia de Porto Alegre que havia sido vítima de agressão policial, sem justificativa plausível que não a da cor da pele e a sua suposta propensão à criminalidade.

Em março de 2024, o livro foi retirado das escolas nos estados de GO, PR, MS e RS, com a alegação de que

continha "expressões impróprias" para alunos do ensino médio. No Rio Grande do Sul, a exclusão do livro de 18 municípios ocorreu após uma diretora de escola criticar o conteúdo da obra, alegando "vocabulário de baixo nível" e "vulgaridade" nos termos utilizados na história. A 6ª Coordenadoria Estadual de Educação anunciou a remoção do livro. Mas, a Secretaria de Educação do RS emitiu nota desautorizando a decisão.

Ressalta-se que a obra faz parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), que compra e distribui obras didáticas e literárias para escolas públicas do país. Portanto, o livro passou por uma seleção publicada em edital de 2019, e foi integrada ao PNLD por meio de portaria publicada em setembro de 2022. Destaca-se ainda, que no processo de aquisição e distribuição dos livros, após a montagem de uma lista de obras variadas pelo MEC, as próprias escolas decidem quais obras querem adotar.

FONTE:

AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de. Racismo de estado, resistência, cuidado de si e coragem da verdade em *O avesso da pele*. Revista *Eletrônica Interfaces*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 52-65, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.5935/2179-0027.20240038>. Acesso em: 14 abr. 2026.

BASILIO, Ana Luiza. Tentativas de censura a 'O avesso da Pele' estão alinhadas a um projeto político, diz autor da obra. *Carta Capital*, [São Paulo], 04 mar. 2024.

VETADO

ESTRELA, Giovanna. Entenda polêmica em torno de "O Avesso da Pele", censurado em escolas. *Metrópoles*, [Brasília], 08 mar. 2024.

VETADO

VETADO

VETADO